



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PROER		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 1.577/01	DATA: 12/12/2001
INÍCIO: 14:19	TÉRMINO: 18:22	DURAÇÃO: 04:03
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04:06	PÁGINAS: 94	QUARTOS: 25
REVISÃO: GILBERTO, ROBINSON, PAULO DOMINGOS, ROSA ARAGÃO, IRMA, CÁSSIA REGINA, CLÁUDIA CASTRO		
SUPERVISÃO: SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: JOEL		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PEDRO MOREIRA SALLES - Presidente do Conselho de Administração do UNIBANCO.
EZEQUIEL EDMOND NASSER - Ex-Diretor-Presidente e ex-Consultor do Banco Excel.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.
A reunião foi suspensa.
O Sr. Luiz Carlos Andrezani, advogado de Ezequiel Nasser, pronunciou-se durante a reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Declaro abertos os trabalhos da 26ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o sistema financeiro privado. Esta reunião foi convocada para apreciação dos requerimentos constantes da pauta divulgada e audiência pública para tomar depoimento, nesse primeiro momento, do Dr. Pedro Moreira Salles, Presidente do UNIBANCO. Antes de convocá-lo, só quero registrar e cumprimentar, pelo aniversário, o Deputado Milton Temer, assíduo freqüentador desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Nem ele sabia que fazia anos.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - A gente só se lembra disso até uma certa idade. Depois disso pretende esquecer. Eu recebo o carinho e o afeto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - V.Exa. não fez nem 40! É bom lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Dando início à nossa audiência, eu convido o Dr. Pedro Moreira Salles para vir até a mesa. (*Pausa.*) Cumprindo as formalidades legais, foi firmado pelo depoente o termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: "Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado." Eu concedo a palavra ao Dr. Pedro Moreira Salles, Presidente do UNIBANCO. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Boa tarde, Exmas. Deputadas e Exmos. Deputados, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. É com muita honra que compareço hoje diante desta alta instância do Poder Legislativo, em nome do UNIBANCO, para me colocar à disposição de V.Exas, com o objetivo de colaborar com os trabalhos desta Comissão Parlamentar e esclarecer o que for necessário sobre nossa organização e o sistema bancário. O UNIBANCO sente-se especialmente honrado em poder prestar este depoimento à Câmara dos Deputados. Desde os primórdios de nossa fundação, ainda como Casa Bancária Moreira Salles, em 1924, sempre procuramos, com a parcela de contribuição que nos cabe, ajudar na construção de um Estado brasileiro mais sólido, mais estável e mais capaz de entender e participar do processo econômico, financeiro e social.



Acreditamos sinceramente, Excelências, que esta CPI, levada de forma responsável, representa mais um esforço nesse sentido e qualquer contribuição ao seu desempenho representa um aporte ao aperfeiçoamento de nossos processos políticos. O UNIBANCO está aqui, portanto, como empresa cidadã socialmente participante e consciente de estar contribuindo empenhadamente para o desenvolvimento de nosso País. Antes de entrar nos temas diretamente relacionados com os objetivos desta CPI, gostaríamos de tecer rápidos comentários sobre a instituição que representamos. Dentro de sua estratégia de contínuo crescimento e expansão de suas atividades de banco de varejo e de atacado, o UNIBANCO esteve sempre muito atento às oportunidades de negócio no setor financeiro e acompanhou, ao longo dos anos, todo esse processo de reestruturação e ajustamento pelo qual passou e ainda passa o Sistema Financeiro Nacional, caracterizado por privatizações de bancos públicos, fusões, aquisições e incorporações de instituições financeiras, o que enseja oportunidade de expansão e crescimento para aqueles que optam em participar desse processo. Nossa instituição está organizada sob a forma de banco múltiplo, apta, portanto, a operar em todos os segmentos dos mercados financeiro e de capitais e ocupa no País destacada posição no sistema bancário, situando-se entre os três maiores bancos privados brasileiros. Além disso, dispõe de singular regime de capitalização que lhe permite levantar recursos no mercado de capitais mediante emissão pública de ações para negociação no mercado interno e internacional, circunstância que lhe confere grande flexibilidade na ampliação de sua capacidade operacional e margem de manobra para participar de novas operações de aquisição de instituições. Chegamos ao final do ano de 2000 com uma rede de 1.623 pontos de atendimento, consolidando um processo contínuo e consistente de expansão que se estendeu pelos últimos dez anos, que podemos resumir do seguinte modo: no início da década de 90, o cenário em que atuávamos era bastante diferente do atual. Duas organizações disputavam a liderança entre os grandes bancos privados, à frente de um grupo intermediário de instituições, entre as quais se alinhava o UNIBANCO. Neste grupo figuravam também, à época, o Banco Nacional, o BAMERINDUS, o Banco Real e o Econômico. A queda das taxas de inflação trouxe o desafio de substituir as receitas de **float** por receitas de crédito e de serviços. Convém lembrar



que as chamadas receitas inflacionárias representavam, à época, 70% da margem financeira dos bancos. Esse número, hoje, não passa de 3. Muitas instituições não conseguiram superar essa transição, tendo sido adquiridas ou submetidas a regimes especiais diante da nova realidade econômica rumo ao cenário de estabilidade plena, com crescimento econômico sustentado e **spreads** bancários em declínio. Passados seis anos do grupo citado, o UNIBANCO emerge como a instituição que não foi absorvida e permanece com o mesmo controle acionário, ou seja, um banco privado nacional. Para isso, a operação do antigo Banco Nacional foi fundamental. A aquisição, ao final de 1995, pelo UNIBANCO, dos ativos e passivos operacionais do Banco Nacional, que vinha sofrendo os efeitos desse novo cenário, com conseqüente perda de liquidez, foi o ponto de partida para uma etapa de consolidação, que, nos anos seguintes, provocou intensa movimentação e que resultou em uma profunda transformação do sistema como um todo. Passados dez anos, o UNIBANCO triplicou sua rede de distribuição, multiplicou por cinco a base de clientes e aumentou em oito vezes os seus ativos, passando a operar em um novo patamar e reduzindo a distância que antes o separava tanto dos competidores diretos quanto dos maiores bancos oficiais. Qualquer que seja o critério utilizado — ativos totais, distribuição, base de clientes ou perfil de negócios —, o UNIBANCO foi a organização financeira que mais se expandiu nesse período. Entre as grandes instituições, nenhuma outra cresceu tanto em um prazo tão curto e em tantos e tão variados segmentos, do varejo ao atacado, de seguros à administração de recursos, de Previdência a cartões de crédito. No ano de 2000, realizamos as seguintes aquisições, dentro do posicionamento estratégico de crescimento, aumento de escala e fortalecimento da nossa posição no mercado: aquisição do CREDIBANCO, instituição financeira estrangeira, que agregou volumes e reforçou equipes técnicas no segmento de atacado, especialmente nas áreas de financiamento de investimentos, comércio exterior e administração de recursos de terceiros; aquisição do Banco Bandeirantes, que era controlado por instituição financeira portuguesa, a Caixa Geral de Depósitos, que aumentou em 17% a base de clientes e ampliou fortemente a presença do UNIBANCO no varejo bancário, principalmente em mercados estratégicos, como a Região Nordeste; finalmente, ainda no ano passado, aquisição de 100% do capital do Banco FININVEST, líder no financiamento de bens



e serviços para as classes C e D, abrindo ao UNIBANCO um enorme mercado ao qual não tínhamos acesso. Essa transação marcou a entrada definitiva do UNIBANCO nos segmentos de baixa renda, que reúnem um enorme contingente da população ainda não atendida pelos bancos. Acreditamos que, numa economia que há oito anos mantém baixa taxa de inflação e cujos fundamentos apontam na direção do crescimento sustentado, esse será o setor que proporcionalmente mais demandará crédito, serviços e produtos financeiros. Dando seqüência a essa mesma estratégia, em 2001, o UNIBANCO estabeleceu importantes parcerias para financiamento de bens com as redes do Magazine Luíza e do Ponto Frio, atingindo um público-alvo de mais de 4 milhões de indivíduos. O UNIBANCO é tradicionalmente reconhecido como instituição pioneira e inovadora no lançamento de produtos e serviços financeiros. Está plenamente preparado para o grande desafio de ser competitivo, eficiente e rentável no mercado bancário, em cenário definitivo de estabilidade, tão fundamental para o nosso desenvolvimento econômico e social. Enfocaremos em nosso depoimento, conforme pauta desta CPI, nossa visão sobre o mecanismo institucional, criado pelo atual Governo, através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), visando ao fortalecimento e à estabilidade do sistema bancário. É fundamental, neste momento — e V.Exas. não de me permitir esse breve parêntese —, esclarecer que, ao contrário do que acontece com crises em empresas dos demais setores da economia, as dos sistemas financeiros em todo mundo são potencialmente explosivas. Paralisam economias, provocam efeito cascata sobre toda a cadeia produtiva em que se misturam inadimplência, concordatas e falências. Desse ponto de vista, apesar dos questionamentos que mais tarde receberia, o PROER teve um mérito indiscutível: o de conseguir levar a bom termo e com os menores custos sociais possíveis, e eles sempre existem em tais processos, o ajuste do sistema financeiro a um cenário de estabilização. No início do programa, a crônica dificuldade de comunicação do Governo Federal, que V.Exas. conhecem melhor do que eu, acabou por determinar o relativo desconhecimento, que ainda prevalece, sobre a verdadeira natureza e objetivos do PROER. E, a partir daí, as inúmeras interpretações incorretas do programa, resultante dessa desinformação. O regime de intervenção a que foi submetido o Banco Econômico, em agosto de 1995,



com conseqüente fechamento de suas agências ao público, deu início a um processo de grave apreensão por parte dos agentes econômicos, provocando um enorme trauma nos mercados financeiros e de capitais, já que depositantes e aplicadores, de repente, viram-se privados de suas economias. Nessa época, a nova Constituição brasileira não mais permitiu o uso de recursos públicos para a cobertura de depósitos bancários — praxe adotada até 1988 — quando o Banco Central cobria depósitos até determinado valor, utilizando-se dos recursos da chamada Reserva Monetária. Por outro lado, não existia, à época, mecanismo de garantia de depósito, que somente veio a ser instituído em dezembro de 1995, quando foi constituído o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), cujo patrimônio seria formado com contribuições do próprio setor bancário, isto é, as instituições financeiras que captavam recursos do público para suas operações. Portanto, criou-se um cenário de extrema vulnerabilidade para a economia brasileira pelo notório enfraquecimento do Sistema Financeiro Nacional com perda de passivos dos bancos brasileiros para os bancos estrangeiros, sem falar na visão externa negativa que se formou sobre a imagem do País, cujo sistema financeiro dava demonstrações de fragilidade. Havia aqui o risco real de contaminação das percepções. Não por acaso, iniciou-se ali o questionamento sobre a solidez de alguns bancos tradicionais do mercado, com conseqüente perda de depósitos e exponencializando suas vulnerabilidades estruturais. Entretanto, como já me referi, o Governo brasileiro não possuía nenhum mecanismo preventivo que pudesse atenuar esse quadro de incerteza em torno do sistema bancário. O momento, Excelências, era crítico. Dessa forma, após o Econômico, um conjunto de medidas, de caráter prudencial, foi adotado para o atingimento desses objetivos, como: primeiro, instituição do seguro de depósitos, através da edição da Resolução nº 2.197, de 31/8/95, que autorizou a constituição pelas instituições financeiras do Fundo Garantidor de Créditos. Segundo, a criação, no dia 3 de novembro de 1995, por intermédio da Resolução nº 2.208, do Conselho Monetário Nacional, do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), através do qual a autoridade monetária passava a contar com um instrumento importante de atuação para recuperação de instituições financeiras em situação de iliquidez ou de insolvabilidade, sua reorganização ou até mesmo a



transferência de seu controle acionário. Edição da Medida Provisória nº 1.179, também no dia 3 de novembro de 95, disciplinando o tratamento fiscal a ser aplicável às instituições financeiras participantes do PROER. Edição da Medida Provisória nº 1.182, de 17/11/95, que concedeu maiores poderes ao Banco Central do Brasil para atuar no fortalecimento e no saneamento do mercado, prevenindo e solucionando crises de liquidez e de solvência de instituições financeiras, adotando principalmente medidas no campo de responsabilidade civil dos acionistas controladores. Portanto, antes da Medida Provisória 1.179, o único mecanismo de que o Governo dispunha para defender a estabilidade do sistema financeiro era a liquidação ou a intervenção. Na liquidação, todos suportavam os custos: o depositante, o correntista, ou seja, o poupador da instituição e, por último, e em grande parte, o Tesouro Nacional. Com o PROER, o poupador, isto é, o depositante, ficou protegido e o Tesouro teve extremamente atenuado o risco de cobertura do passivo da instituição insolvente. Por aí se percebe que o objetivo do PROER foi, primariamente, o de preservar os interesses dos depositantes e não dos banqueiros, pois quando se defende o depositante estamos falando da proteção da poupança pública, da sociedade sem o uso de recursos públicos, pois o PROER é um programa de empréstimo retornável, garantido e realizado com recursos do próprio sistema, advindos dos recolhimentos compulsórios. Relembro que estudo publicado em agosto de 96, pelo então Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, tentou medir o impacto nas contas públicas dos custos do PROER. Partindo do pressuposto de que as garantias oferecidas pelos bancos poderiam mostrar-se insuficientes para cobrir os financiamentos concedidos pelo programa, o que não é um fato, mas uma premissa do trabalho, Mendonça de Barros concluiu que, na pior das hipóteses, o prejuízo para o Banco Central seria equivalente a 1% do PIB. O custo, portanto, seria extraordinariamente menor do que o que foi observado em situações semelhantes na Suécia, onde custou 4,5% do PIB; nos Estados Unidos, onde custou 5,1%; na Argentina, onde chegou a custar 13%, ou no Chile, onde chegou a custar 19%. Esse, Excelências, era o cenário, o pano de fundo em que se deu a operação de compra por parte do UNIBANCO das operações bancárias do antigo Banco Nacional. Fui obrigado a fazer essa introdução — que espero não tenha sido por



demais extenuante — para que se pudesse, **a priori**, entender os contornos de uma operação extremamente complexa, mas que nos interessava e que consumiu, para atingir seu êxito, quase dois anos de um enorme esforço em capital humano e em investimentos. Tivemos de constituir provisões de reestruturação no primeiro quadrimestre de 95 de 182 milhões de reais e investimos outros 223 milhões na integração, propriamente dita, entre os anos de 96 e 97. Desse total, 24% foram investidos em **hardware**, 21% em **software**, 14% em serviços de processamento de dados, 5% em novos equipamentos, 2% em treinamento e 22% em despesas trabalhistas. Somente em 96, investimos o equivalente a 50 milhões de reais na infra-estrutura de agências, 16 milhões em infra-estrutura de retaguardas e outros 40 milhões em sistemas e tecnologia. Dito isso, espero ser absolutamente claro sobre o que foi e como foi contratada a operação do Nacional, a saber: no uso da competência que lhe é assegurada pela legislação própria, o Banco Central decretou Regime de Administração Especial Temporária do Banco Nacional (RAET) e autorizou o seu Conselho Diretor a celebrar com o UNIBANCO Contrato de Compra e Venda de Assunção de Direitos e Obrigações e de Prestação de Serviços, de forma a manter em plena operação e funcionamento, sem solução de continuidade, todas as agências e pontos de atendimento do Banco nacional, respeitando-se todos os direitos dos poupadores e depositantes. De acordo com instrumento assinado com o Banco Nacional, então em regime de administração especial temporária, o UNIBANCO contratou pelo valor global de R\$1.217.581.593,00, primeiro, a aquisição dos investimentos societários detidos pelo Banco Nacional e suas companhias controladas do País e do exterior e agências no exterior, pelo valor global de 682 milhões de reais, tendo entregue ao Banco Nacional, isso é importante, 50,4% do capital do antigo UNIBANCO, ou o equivalente a mais de um terço da nova instituição. Investimento esse que, na sua alienação, apenas 16 meses depois, por R\$1.141.000,00 proporcionou um lucro de 460 milhões para o Banco Nacional, no regime de RAET. O pagamento de 300 milhões de reais a título de ágio pelo intangível representado pelas carteiras de clientes, pagos em parcelas semestrais e aquisição pelo valor de 235 milhões de reais de parte dos ativos diferido e do imobilizado. Ainda de acordo com o mesmo contrato citado, o UNIBANCO adquiriu ainda ativos e passivos operacionais do Banco Nacional, como



segue. O valor contábil dos ativos apurados, com base em balancete de 31 de outubro de 1995, era de 6 bilhões e 87 milhões e o valor dos passivos era de 9 bilhões e 139 milhões. Nos termos do contrato de compra e venda, e com base em balancete especial levantado em 18/11/95, data da operação, o valor contábil dos passivos assumidos foi de 8,4 bilhões de reais. Para equilibrar esses passivos, o UNIBANCO recebeu igualmente ativos de igual valor, sendo, primeiro, 5,8 bilhões de reais representados por créditos e outros ativos; e 2,6 bilhões de reais representados por caixa e títulos públicos. Remanesceu com o Banco Nacional, em regime de RAET, uma carteira de crédito de difícil recuperação, parte da qual constituída de contas irregulares descobertas pela fiscalização do Banco Central que tanto indignaram o País na época. Além disso, o PROER emprestou ao Banco Nacional, em regime de RAET, cerca de 5,9 bilhões de reais, a uma taxa de juros equivalente na época a TR mais 10%, recursos que foram utilizados para a aquisição de 5,4 bilhões de direitos creditórios contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais, FCVS, dos bancos Itaú, BRADESCO, Real, BCN e UNIBANCO, com deságio de 65%. Convém aqui destacar, para os bancos envolvidos, que essa operação possibilitou a recuperação de parte das perdas com FCVS. Os bancos citados eram aqueles que, ao longo de vários anos, tinham conseguido provisionar esses créditos em quase 100% do seu valor. Dentro do pressuposto de que esses créditos, embora se tratando de risco contra o Tesouro Nacional, portanto, com certeza de recebimento, carregavam o chamado risco de liquidez, ou seja, o não-pagamento no vencimento da obrigação. Daí a necessidade de constituição das provisões, sob pena de as instituições financeiras carregarem esse ônus com recursos do público depositante. Para o Tesouro, a operação foi neutra, já que a dívida sempre contabilizada pelo valor de face. Para o Banco Central, os créditos contra o FCVS foram recebidos como garantia real do empréstimo concedido ao Banco Nacional e irão proporcionar o seu retorno integral, ao mesmo tempo em que o deságio concedido pelos bancos significou que o mercado bancário suportou parte relevante dos prejuízos resultantes da insolvência do Banco Nacional. Estruturando a operação desta maneira, o Governo conseguiu cumprir um dos objetivos principais do programa: o de garantir que os custos do ajuste não iriam recair sobre os poupadores. Além disso, garantiu que o único credor do Banco Nacional passaria a



ser o próprio Banco Central, em operações plenamente garantidas e autoliquidáveis. Assim, gostaria de destacar a V.Exas. e reiterar que o UNIBANCO não utilizou qualquer centavo das linhas de crédito do PROER, embora pudesse utilizá-las, já que o instrumento legal tinha sido colocado à nossa disposição, bem como a de qualquer outra instituição financeira. Mas fato é que quem assumiu dívida junto ao PROER foi o Banco Nacional em regime de RAET. Obviamente, de antemão, posso declarar a V.Exas. uma operação dessa magnitude só se viabilizou por conta dos mecanismos criados pelo PROER. Talvez não seja redundante lembrar que o rombo nas contas do Banco Nacional somavam no momento da liquidação, realizado um ano após a decretação do regime de RAET, cerca de 3,5 bilhões de reais, segundo valores divulgados pela imprensa, na época. Feitos esses esclarecimentos que espero tenham contribuído para que V.Exas formem uma opinião sólida dos nossos propósitos e da lisura com que sempre agimos, gostaria de colocar-me à disposição para as perguntas que desejarem fazer. Eu gostaria antes, no entanto, de voltar a agradecer a V.Exas. a oportunidade a mim concedida, em nome do UNIBANCO, de ajudar a lançar uma luz sobre os acontecimentos de final de 1995. Espero poder contribuir para que se construa de forma permanente os parâmetros legais necessários para que o sistema financeiro seja sólido como hoje o é e capaz de cumprir as suas funções que é de assumindo riscos, realocar as poupanças, permitindo a geração de um crescimento sustentado e socialmente mais justo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Dando início para perguntas e inquirições, concedo a palavra ao primeiro Parlamentar inscrito, Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, convidado o Presidente Pedro Moreira Salles, o banco cujo o conselho de administração V.Sa. ainda preside adquiriu por 300 milhões de reais o ágio do Banco Nacional, que de todos os bancos que sofreram intervenção e foram socorridos pelo PROER, e houve sobras, o que acumulou mais problemas: fraudes, maquiagens de balanços, suspeitas de favorecimentos. Além de tudo, some-se a absoluta falta de transparência com que a venda foi realizada. Pergunta-se: desde



quando seu banco iniciou negociações e com quem eram desenvolvidas essas para a compra do Nacional.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Pois não. As negociações tiveram várias fases. Eu diria que ainda no primeiro semestre de 1995, eu mantive conversas com o controlador do Banco Nacional, Dr. Marcos Magalhães Pinto, visando a uma possível fusão, enfim, algum tipo de consolidação entre o UNIBANCO e o Banco Nacional.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Acho que a imprensa divulgou à época alguma coisa a respeito.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu acho que mais tarde houve algumas informações que apareceram na imprensa. Essas conversas foram absolutamente superficiais, porque, enfim, vinha entender depois, provavelmente seria difícil realizar um negócio nas bases em que elas estavam sendo conversadas. As conversas de novo eram preliminares. O UNIBANCO, naquele momento, não tinha conversas apenas com o Banco Nacional — eu estava desenvolvendo conversas com uma outra instituição. Aí no caso de aquisição e não de junção, mas claramente com o Banco Nacional não conseguíamos avançar ao ponto de poder, enfim, estabelecer as bases de uma associação. Então, isso provavelmente aconteceu três ou quatro vezes, ao longo do primeiro semestre e, logo após os problemas do Banco Econômico, eu voltei a ter uma conversa com o Dr. Marcos. Eu diria que no passado mais alguns meses, fomos chamados aí pelo Banco Central.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ainda em 95?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Ainda em 95. Eu não sei lhe precisar, mas provavelmente algum momento em outubro e aí nós fomos informados de que o Dr. Marcos teria ido ao Banco Central para mencionar problemas de liquidez. E, de fato, naquele momento, enfim, eu tenho os dados, o Banco Nacional vinha sofrendo saques de maneira acelerada, enfim, isso se acelerou muito depois do Banco Econômico, e ele mencionava também não só perda de liquidez como, enfim, a existência de, provavelmente, dificuldade de recebimento naquele momento de alguns créditos. Eu acho que ele foi a pessoa que revelou ao Banco Central que tinha tido conversas com o UNIBANCO alguns meses antes. E ele também vinha desenvolvendo conversas com um outro banco, um banco estrangeiro, para mim



isso tinha ficado claro nas conversas que eu tinha tido com ele, que havia outro banco interessado no Banco Nacional e acho que ele se referiu a esses dois bancos quando estive no Banco Central. O Banco Central, então, nos chamou, perguntou se continuávamos interessados, nós dissemos que sim. E voltamos, então, ao Dr. Marcos para tentar prosseguir os nossos entendimentos. Mais uma vez essas conversas não avançaram, ao ponto de nós podermos fazer alguma proposta, porque nós não conseguimos acesso a nenhum dado operacional do banco, a não ser aqueles públicos de balanço. Como V.Exa. sabe, enfim, para adquirir um banco é necessário um processo que se chama de **due diligence**, de exame detalhado da estrutura de ativos, passivos da instituição, isso não nos era permitido. Então, o processo se deu dessa maneira. Quando o Banco Central nos chamou de novo, aí provavelmente fim de outubro ou já início de novembro, para perguntar sobre a nossa posição, nós dissemos que não estávamos em condições de fazer qualquer oferta porque não tínhamos tido acesso a números. Então, não tínhamos condição de prosseguir. E foi o Banco Central que nos granjeou acesso, acho que deve ter falado com o controlador e ele finalmente nos permitiu exigir, enfim, pedir certos dados, aí nós já estamos falando provavelmente do início de novembro. Nós mandamos uma equipe para o Rio de Janeiro, equipe essa que nunca entrou dentro do Banco Nacional, nós constituímos o nosso quartel general num edifício do UNIBANCO no centro do Rio de Janeiro e havia apenas um interlocutor no Banco Nacional, que trazia os dados que nós estávamos pedindo. Eles não queriam que nós entrássemos lá, porque isso provavelmente aceleraria o processo de boatos. Nós sabíamos, por causa dessas conversas, que um outro banco, que viemos a saber depois que era o BankBoston, tinha mandado equipes lá para dentro para olhar, enfim, a estrutura patrimonial do Banco, mas nós nunca o fizemos. Nós sempre olhamos a distância, mas baseados nos relatórios oficiais do Banco, tanto relatórios contábeis quanto relatórios gerenciais. Enfim, o processo foi assim. A partir daí, a nossa conversa foi toda desenvolvida única e exclusivamente com o Banco Central.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Veja, o Banco Nacional, com tantos problemas que tinha à época, qual as decisões do UNIBANCO com relação a sanar,



sanear não só o que estava acontecendo, mas também evitar possíveis fraudes logo em seguida, as medidas administrativas de imediato?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, o UNIBANCO não assumiu o Banco Nacional. Então todo o processo, eu diria, gerencial ou administrativo que o banco tinha, enfim, lá ficou. O que nós fizemos foi nos comprometer a ser responsável por todos os depósitos, todos os passivos do banco. E para contrabalançar isso escolhemos os ativos que nos pareciam que tinham sido concedidos por critérios que eram parecidos com os critérios que o UNIBANCO os concederia. Todo o resto, ao analisar a carteira de crédito, nós não aceitamos. Enfim, por isso que trouxemos para dentro do UNIBANCO, no fundo, uma carteira de crédito relativamente pequena. O Banco Nacional que existia em balanço, o Banco Nacional, digamos, do balanço de junho de 95, no seu primeiro semestre, mostrava ativos da ordem de 15 bilhões. O banco que o UNIBANCO absorveu era um banco de 8 bilhões de ativos, ou seja, aproximadamente metade daquele Banco Nacional que aparecia nos balanços. Portanto, não podíamos, não quisemos e não trouxemos para dentro do banco nenhum dos problemas que ficaram restritos ao Banco Nacional.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor fala de créditos do Nacional que ficaram em poder do UNIBANCO e essas cobranças, como é que se desenvolveu isso? O senhor se lembra do montante disso?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Nós pedimos a carteira de crédito, analisamos essa carteira de crédito. Obviamente, sendo banco e atuando aproximadamente nos mesmos mercados, não era um processo muito complicado de fazer o **rating** desses clientes. Aqueles que nós não conhecíamos nós dissemos que absorveríamos desde que tivéssemos um prazo para devolvê-los à massa. E outros, claramente, nós não recebemos nem de início, porque o volume de crédito era incompatível com a estrutura patrimonial da empresa devedora. Enfim, para quem vive nesse meio e faz isso no dia-a-dia não era um processo, eu diria, de grande complexidade fazer essa separação. Claramente não era de interesse do UNIBANCO trazer risco para dentro da sua estrutura, como não era do interesse do Banco Central transferir créditos e líquidos para dentro do UNIBANCO, senão ele apenas estaria transferindo o problema e não solucionando o problema. Então, era



uma operação de tranquilizar sobretudo os depositantes. E assim foi feito, quer dizer, nós assumimos a operação em um sábado, no dia 18, e no dia 20 cada agência do Banco Nacional tinha um representante do UNIBANCO, que assumiu aquela agência, para receber lá os clientes e garantir tranquilidade, permitir os saques que porventura os clientes quisessem fazer e buscar assegurar a tranquilidade, que levou uns dois, três dias. Quer dizer, no meio daquela celeuma toda e, eu diria, das manchetes dos jornais, ainda houve um período de intranquilidade que durou muito pouco tempo, à medida que a operação foi explicada e que nós fomos para a televisão, para os jornais, enfim, garantindo aos clientes — eram 1 milhão e 100 mil clientes na época — que haveria, enfim, total tranquilidade, a operação transcorreu bem.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Os ex-controladores do Nacional têm afirmado que eles não tinham conhecimento desse rombo no banco etc. Na visão de V.Sa. isso seria possível acontecer sem o conhecimento dos controladores?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, é difícil julgar isso. O que eu posso lhe dizer é que olhando a carteira de crédito, como eu lhe disse, nós tivemos claramente uma visão de que havia créditos que, para os nossos critérios, não eram aceitáveis. Nós achávamos que o Nacional operava em um patamar de risco diferente do patamar de risco do UNIBANCO, logo com critérios diferentes, mas eu não lhe posso dizer como é que esse processo lá dentro, quem tinha acesso ou quem olhava as carteiras de crédito. Eu quero dizer que eu, na minha função de Presidente do Conselho, olho as carteiras de crédito do UNIBANCO, porque eu acho que isso é parte fundamental do negócio. Existem dois grandes riscos na atividade bancária: um é a tesouraria, o outro são os créditos. Eu acho que a prudência exige que essa duas coisas sejam controladas com muita diligência.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Em outras palavras, é difícil compreender como é que o controlador não tinha conhecimento dessa situação.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Depende do distanciamento que ele tinha do dia-a-dia. Quer dizer, se ele tivesse confiança absoluta na gestão do banco, ele poderia não tomar conhecimento. Aí eu não sei dizer, até porque eu não tive negociações com ele a partir do momento em que o Banco Central entrou na operação.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Outra questão que eu gostaria de abordar com V.Sa. é sobre o BAMERINDUS. No depoimento que fez a esta CPI recentemente, o ex-controlador e ex-Ministro José Eduardo Andrade Vieira citou que entre os contatos que havia iniciado, buscando negociações para o seu banco, listava o UNIBANCO. O senhor se lembra de ter sido procurado para tratar desse assunto com o ex-controlador do BAMERINDUS?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Nunca. Nunca. O que eu posso lhe dizer é que, já em 96, enfim, onde havia uma visão de que o Banco BAMERINDUS poderia estar incorrendo em algumas dificuldades operacionais ou de liquidez, várias pessoas do mercado consideraram, eventualmente, fazer alguma operação com o Banco BAMERINDUS. E acho que o próprio Banco Central tentou fomentar isso junto a várias instituições financeiras que aqui operavam. No caso do UNIBANCO, isso não foi feito, até porque que nós estávamos em pleno processo de absorção do Nacional, não seria prudente tentar enfrentar uma operação do BAMERINDUS, no momento em que estávamos, no fundo, fazendo pressão no Nacional. Acho que é importante mencionar que, da forma como vieram estruturados os ativos e passivos do Nacional, a operação que nós incorporamos era uma operação deficitária: ao reduzir brutalmente o volume de crédito que nós aceitávamos, nós também diminuimos o volume de receita que o banco gerava, e ficamos com todos os custos. Então, a operação do Nacional dentro do UNIBANCO era uma operação com prejuízo, e nosso foco era rapidamente tirar custos daquela estrutura e passar a conceder créditos saudáveis para aquela base de clientes. Então, nós não tínhamos capacidade estrutural de fazer uma operação do BAMERINDUS. Então, nunca tivemos esse contato nessa conversa.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Nem com o Banco Central?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Nem com o Banco Central.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor, como banqueiro, como é que o senhor avalia, nessa área financeira privada, esse quadro econômico no pré e pós-real, e se havia efetivamente, na visão do senhor, esse tal risco sistêmico que vem sendo aqui insistentemente afirmado por autoridades do Governo?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, como eu mencionei no meu texto de abertura, os bancos conviveram com quase trinta anos de inflação neste



País. Obviamente, o banco se adaptou a essa realidade, sendo um intermediário. O lado do passivo e o lado dos depósitos eram muito mais rentáveis do que o lado do crédito. É por isso que havia inclusive toda essa acusação de que os bancos não emprestavam. Não emprestavam porque o lado do passivo era um lado mais rentável, dado o fenômeno inflacionário. Como eu mencionei, no caso do UNIBANCO, em 89, 70% da receita do banco vinha de **floating**. Ao acabar a inflação, os bancos tinham que buscar receitas pelo outro lado do balanço, ou seja, pelo lado do ativo, ou por serviços, onde não há risco de crédito. Eu acho que alguns, premidos pela circunstâncias, deram créditos de maneira pouco prudente, tentando fechar as contas do mês a mês; um banco não pode apresentar prejuízos, se um banco apresentar prejuízos, ele gera uma desconfiança imediata no seu depositante. Então, todos saíram à cata de resultados, e quem concedeu crédito mau teve problemas sérios de carteiras. Não é à toa que, enfim, estou aqui hoje falando de alguns casos notórios, e são só os notórios, porque há uma lista de bancos que tiveram esses problemas. Quando isso atinge bancos do porte de um Nacional ou do porte de um BAMERINDUS, eu não tenho dúvida de que se está falando de um risco sistêmico. Eu não tenho dúvida de que a intervenção no Econômico e o fechamento das suas agências, ao contrário do que foi feito no caso do Nacional, geraram uma instabilidade que é muito clara. Eu tenho aqui a lista de saques em cima do Nacional. E ela foi brutal. O Nacional foi perdendo depósito no dia-a-dia, sobretudo de depositantes em CDBs, perdeu quase 70% desses depósitos num prazo de setenta dias. Não há banco que resista a isso, independentemente dos problemas estruturais ou patrimoniais. E se, além disso, se as portas fossem fechadas para 1 milhão de depositantes, num banco concentrado no Rio e em São Paulo, eu acho que as conseqüências podiam ser muito graves. Para o BAMERINDUS, eu acho que o mesmo raciocínio vale. No mundo inteiro, isso é uma questão de julgamento, quando é que você tem, de fato, não há uma receita para dizer: "Esse pode ter conseqüências gravíssimas, esse não pode". E é por isso que existem, enfim, mecanismos de toda a sorte para buscar evitar isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu agradeço ao expositor os esclarecimentos. De minha parte, sinto-me satisfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Com a palavra o Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Pedro Moreira Salles, achei importante o seu depoimento, inclusive pela parte analítica. Não me vou atentar muito a ele, mas acho que há algumas coisas importantes, porque acho que há uma série de coincidências, as quais, no meu modo de ver, reforçam a minha leitura de PROER. Eu não concordo absolutamente com a idéia de que o PROER veio para salvar correntistas nem para salvar banqueiros falidos. Eu acho que o PROER veio numa concepção doutrinária de programa econômico para privilegiar determinadas unidades do sistema financeiro, numa perspectiva de projeto econômico que se caracterizou pelos números a seguir. Nós já discutimos muito aqui a respeito de risco sistêmico. Eu não consigo ver dados numéricos de risco sistêmico, não é verdade. Pode ter havido saque dos informados que estavam dentro do Banco Nacional, que estavam dentro do Banco Econômico, que estavam no mercado, os aplicadores, os grandes, que saíram em função da demora da entrada do Banco Central. O rombo no Econômico, em abril, era 700 milhões; quando se deu a intervenção, já estava em 3 bilhões e 600. Então, quem era quente saiu antes, ficou o chamado tonto, aquele que só vai depois que o jornal noticia. E mais: os dados do Banco Central também deixam claro que não houve, em nenhum momento, de 94 para além, não houve queda de depósitos no sistema financeiro privado como um todo. Os números do Banco Central deixaram isso claro. Mas acho que isso é uma questão de interpretação que evidentemente V.Sa., do UNIBANCO, e que — e aí não tem juízo de valor sobre o UNIBANCO não, meu juízo de valor é sobre o Banco Central — V.Sa. como banqueiro bem aproveitou. Eu queria perguntar pouca coisa: V.Sa. disse, num determinado momento, primeiro, eu queria ver, quando V.Sa. se interessou pelo Banco Nacional, o senhor conhecia o estado crítico do Banco Nacional já?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não, se conhecesse eu não teria proposto uma aliança em bases que não foram definidas à época entre o Nacional e o UNIBANCO.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Quer dizer, era bom negócio para o Nacional fazer a fusão com o UNIBANCO.



O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu não tenho dúvida.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Três meses antes, inclusive, foram interrompidas as conversas do RAET.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Certo.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Ou seja, havia uma evasão de depósitos no Nacional.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não sei dizer a V.Exa. sobre essa data. Eu tenho os dados aqui e vou olhar.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, eu estou me fundamentando apenas quanto ao que disse V.Sa. E nesse momento, o que fazia V.Sa. ainda conversar? Se está havendo fuga, tem macaco dentro da geladeira, não é? Por que estava havendo fuga de depósitos no Nacional? Mesmo aí V.Sa. não estava preocupado, e ainda admitia a hipótese da fusão?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Posso responder?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Claro.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu vou lhe dar aqui alguns dados. O Nacional começou a perder depósitos de forma brutal em agosto, após o Econômico. Para lhe dar um dado, depósito de poupança, — esse é o pequeno poupador, não é aquele que o senhor chamou de depositante esperto ou **insider** — 23% dos depósitos foram sacados num período de três meses; em depósito à vista, 25%, e depósito à vista, naquela época, assim como hoje, é o pequeno depositante que o faz. 25% dos depósitos à vista caíram também num período de três, quatro meses. O depósito a prazo, esse, sim, em geral pertencente a grandes depositantes ou a empresas, ou seja, a profissionais, diretores financeiros de grandes companhias, esse veio de 6 bilhões e meio para 1 bilhão e 900, ele caiu 70%. Mas isso não foi no primeiro semestre. A minha conversa com o Dr. Marcos foi no primeiro semestre. Eu acho que as conversas foram interrompidas por ele, não por mim, porque tenho a impressão de que a conversa da junção do Nacional com o UNIBANCO era uma conversa menos atraente do que a conversa que, eu vim a saber depois, ele tinha desenvolvido com o Banco de Boston, que era uma conversa de venda pura e simples. Ele entregava o banco e não tinha mais nenhuma participação naquele assunto. Obviamente que, num caso de fusão, como eu



mencionei ali, cada um ia ter que olhar os livros dos outros. Não se faz uma fusão simplesmente numa conversa entre os dois controladores.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - V.Sa. não tinha acesso aos números. Aí V.Sa. disse: “Foi o Banco Central que nos granjeou acesso a esses números”. Como é que se dá essa conversa do UNIBANCO e em que momento se dá essa conversa do UNIBANCO com o Banco Central?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - A primeira delas, essa a que nós fomos chamados para saber se a gente teria interesse, em algum momento de outubro, — eu acho que meados de outubro — a conversa que... nós fomos lá, para dizer que não podíamos fazer proposta alguma, porque não tínhamos dado. Foi uma conversa bem no início de novembro. E aí, o que o Banco Central fez foi ligar para o controlador e dizer a ele que o Banco Central de alguma forma exigia que os dados que o UNIBANCO estava pedindo fossem oferecidos.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Isso no começo de novembro?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - No início de novembro.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Agora, o RAET, a intervenção, o RAET, a medida provisória do PROER e o negócio com o UNIBANCO se dão no dia 18 de novembro. Para um negócio dessa dimensão, o que faz o UNIBANCO, qual é o tipo de operação que o Banco Central e o UNIBANCO fazem, para tornar um negócio que era desconhecido, ou seja, no começo de novembro, V.Sa., do UNIBANCO, não tinha sequer acesso. Eu pergunto: que garantias o Banco Central dava ao UNIBANCO, com os cuidados que V.Sa. tem na administração do seu banco, para que já no dia 18 pudesse assinar um negócio onde o UNIBANCO colocou 1 bilhão e...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Um bilhão e 200.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Um bilhão e 200, ou seja, 1 bilhão e 200 de dólares, naquela ocasião.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - É.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, é?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - O equivalente.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - É.



O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não havia garantia do Banco Central, havia a percepção clara de que nenhum banco faria uma operação com o Banco Nacional, naquelas condições, naquele momento, se não pudesse fazer um exame das carteiras e selecionar aquilo que queria. Naquele momento, já era claro que uma operação tradicional não seria uma operação razoável. E o Banco Central tinha o histórico do Econômico, que tinha ocorrido três ou quatro meses antes, onde não tinha encontrado um comprador, para levar o banco como um todo. Então, havia já a necessidade de uma formatação nova, formatação esta que — eu entendo — deu origem ao PROER. Eles começaram a trabalhar nisso em agosto de 95, pós-Banco Econômico, tanto que a primeira edição do PROER vem do dia 3, e não do dia 18. É óbvio que as coisas acabaram concomitantes, porque, para nós podermos fazer a operação, tínhamos que ter o conforto de que havia uma estrutura jurídica que nos permitia assumir ativos de boa qualidade, para poder fazer face aos passivos dos depositantes, o que não é uma operação inusitada em nenhum lugar do mundo. Só que aqui era a primeira vez.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Dr. Pedro, V.Sa. tem pelo setor financeiro certamente o talento que seus irmãos têm no cinema e no jornalismo. Eu acho isso louvável. Pergunto-lhe o seguinte: entre esse primeiro contato do Banco Central e a execução do negócio, o que se conversou a respeito? Porque o PROER foi dado ao Banco Nacional por conta de garantias e um determinado título que não era aceito em privatização, e que o banco de V.Sa., muito providencialmente, já tinha colocado em provisão, o Fundo de Compensação de Variações Salariais. E nessa operação, o Banco Nacional recebe dinheiro do Banco Central, até para contrariar um pouco a idéia de que não entrou dinheiro público. Existe uma ação em cima do Banco Central em que seus diretores estão instados a pagar uma diferença de 15% pelo menos, numa operação que corresponde ao seguinte: títulos do Fundo de Compensação de Variações Salariais, créditos, não eram títulos na ocasião, eram créditos, do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que não tinham negociação em mercado, que o UNIBANCO colocava em provisão, o Banco Nacional recebe dinheiro, para que o UNIBANCO, principalmente, lhe vendesse uma boa parte. Ou seja, um deságio estava provisionado em 920 milhões, pelo deságio da ordem de 50%, deve ter valido ao banco UNIBANCO 460 milhões nesses



créditos que no mercado não chegariam, de forma alguma, a esse valor naquele momento. Não chegariam, tanto que o banco de V.Sa. colocou em provisão. V.Sa. teve garantia de que esses títulos seriam pedidos em garantia, que o Banco Nacional receberia recursos para comprar esses títulos, que seriam desovados também do UNIBANCO, para fazer o pacote de 120% do valor de PROER, como garantia do empréstimo que ele receberia posteriormente? Em que momento foi comunicado a V.Sa. que o Banco Nacional compraria o FCVS que havia no UNIBANCO?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, é da essência do PROER que as operações seja feitas lastreadas em títulos públicos. O fato de o UNIBANCO ter provisionado o FCVS... Eu queria fazer um reparo aqui, se V.Exa. me permite. muitos bancos não tinham feito. O Banco Central, por medidas prudenciais, nos diz que, quando um ativo não é recebido na data em que ele tem de ser recebido, deve ser provisionado, até porque, se ele não for provisionado, o banco acaba lastreando esse ativo com depósitos do público, além do que, apropria receita sobre um ativo que não está — como nós dizemos — acroando os juros, o que não quer dizer que esse título não tenha garantia de recebimento, ele era um título...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - De trinta anos.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - ...do Tesouro, valeria 100% ao seu termo. O UNIBANCO, por ter provisionado — e outros que o fizeram —, considerou naquele momento que vendê-lo, não a 50%, a 65% de deságio, era uma operação que tirava do balanço esse crédito, e que permitia, assim, operações desta natureza, que eram fundamentais para o processo. Os 50% é uma questão puramente comercial, pega-se a taxa de juros vigente à época, pega-se um título de longo prazo, e traz a valor presente, e se encontra um deságio acertado entre as partes. É um processo de negociação natural, que foi feito entre cinco ou seis bancos, e o Banco Central.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Mas o UNIBANCO — e com o cuidado e o talento de V.Sa. no sistema financeiro, os cuidados contra o risco — faria a operação da compra do Nacional, se não tivesse a garantia de que esses títulos seriam negociados através do empréstimo que o Banco Central faria ao Nacional,



para que o Nacional fosse buscar no mercado esses títulos, e oferecer como garantia de empréstimo ao PROER? Entenda bem o que estou dizendo.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não, eu entendi.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - O problema não é o UNIBANCO.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, o UNIBANCO não faria a operação, se ele não pudesse fazer um equilíbrio perfeito entre os ativos e os passivos. Como essa operação se fez pelo lado do passivo, ou seja, para garantir ao depositante, o RAET. O Banco Nacional tinha que nos entregar ativos que nós considerássemos adequados. Foi em parte crédito, foi em parte títulos e foi em parte dinheiro. O mecanismo a que isso deu origem, era apenas uma consequência do fato. Nós não olhamos se ia ser via FCVS, via **bradies**, via títulos brasileiros no exterior, via debêntures da SIDERBRÁS, até porque isso não nos dizia respeito; o que nos dizia respeito...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Quer dizer que V.Sa. foi surpreendido: "Ih, o Nacional quer comprar nossos fundos!"

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não, não; claro que não. Eles ligaram para esses bancos todos, para conseguir fechar o caixa do Nacional, não o nosso.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Sim. Não, não. Talvez eu não esteja me explicando...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - No caso do BAMERINDUS, fizeram com o título..., no caso do Econômico, depois fizeram (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Isso é uma pergunta que eu vou fazer depois, que eu acho que, no caso do BAMERINDUS, a conversa é muito grave. Eu acho que o UNIBANCO e o NACIONAL... Meu problema não está aí; eu quero deixar bem claro e eu vou tentar pela última vez, mas... o meu problema é outro. Eu diria assim: eu, operando pelo Banco Central, interessado em que o UNIBANCO, por ser um banco sadio, organizado, tinha colocado... Quais são os títulos que estão... Eles têm, evidentemente, os títulos... O balanço do UNIBANCO, o Banco Central sabe quais são os títulos provisionados. Na conversa do Banco Central com o UNIBANCO, é perfeitamente possível. Eu vejo aqui um grande negociador do meu lado. De vez em quando o consulto... Chego para ele: "Olha aqui, pode comprar o Nacional por mais de 1 bilhão, porque esse FCVS vai ser comprado por 460



milhões, este que está em provisão, este que só será recebido daqui a trinta anos. Não tem nada de ilegal nisso. Do ponto de vista do UNIBANCO, não tem nada de ilegal. Agora, o UNIBANCO pode tomar a decisão de fazer o negócio da compra do Nacional, por ter a certeza antecipada dessa operação. É isto que eu quero saber: houve ou não houve conhecimento antecipado dessa negociação com os Fundos de Compensação das Variações Salariais através do empréstimo que seria feito ao Banco Nacional, sob intervenção, para buscar garantias no mercado?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, como eu lhe disse — eu não..., enfim, não me quero repetir em excesso —, a operação que o UNIBANCO contratou e a única que ele estaria disposto a fazer seria, naquela data, aquela que oferecesse ativos que o UNIBANCO considerasse de boa liquidez. Nada tinha a ver com o FCVS; o FCVS é um instrumento de geração de resultados e de caixa para dentro do Banco Nacional. Isso não nos diz respeito. Nós não administramos o Nacional. Podia ser qualquer outro mecanismo, podia ser a rigor uma emissão monetária, e se colocar o dinheiro dentro do Nacional. Se não houvesse um **match** de ativos e passivos, a operação não existiria. Eu acho que é isto que é muito importante: nós não tínhamos que saber, nem negociar, quais eram os títulos que serviriam de lastro para aquela operação. Porém, se pegássemos os balanços, como V.Exa. bem disse, havia alguns ativos que eram mais claros de se fazer isso. Um deles era o FCVS, outros seriam títulos de dívida brasileira: podiam ser títulos de dívida agrária... Tinha que ter volume, tanto é que não havia volume suficiente que, numa rerratificação do contrato, nós compramos mais 200 milhões, como me referi aqui, de imobilizados e agências e tal, exatamente porque o Nacional não conseguiu gerar, dentro de si, o volume de caixa suficiente, para ir até o fim nesse **match** de ativos e passivos. Então, de novo: o FCVS era um instrumento, sim, como havia outros, e eu acho que não foi o único utilizado.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Então, essa operação, vou pegar pelo Banco Central. Eu faria uma última pergunta a V.Sa. Como é que V.Sa. se sentiu depois de desembolsar 1 bilhão e 200, para comprar a parte que foi avaliada positivamente pelo seu banco do Nacional, como é que V.Sa. se sentiu, dois anos depois, ao presenciar a operação do HSBC, recebendo aquele presente do BAMERINDUS, sem ônus praticamente, dentro da operação do PROER?



O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, olha, eu não tinha os dados do BAMERINDUS, então tenho dificuldade de responder essa pergunta. O UNIBANCO entregou ações do seu capital, para fazer a operação do Banco Nacional. O que sei lhe dizer é que o BAMERINDUS foi — digamos assim — oferecido a vários bancos brasileiros e a alguns estrangeiros que aqui estavam, que não se interessaram, não viram ali oportunidade ou acharam que eventualmente o BAMERINDUS sofreria um processo a la Econômico e deixaria de ser um concorrente. Não julgaram que valeria a pena, naquele momento, correr os riscos que aquela instituição apresentava. Mais uma vez, nós nem olhamos, porque sabíamos que não tínhamos condição de participar daquela operação.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não, eu entendi sua pergunta. Acho que, se a operação foi considerada uma operação a custos mais baixos do que esta, por exemplo, a oportunidade foi oferecida. Outros não quiseram. E esses momentos são sempre momentos muito particulares, momentos muito tensos e momentos em que alguns que estão mais perto conseguem tomar decisões ou enxergam riscos e oportunidades que outros não percebem.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Foi só uma questão de oportunidade então? Competência maior do HSBC?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu acho que naquele caso foi, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, eu havia-me inscrito, para fazer perguntas ao Dr. Pedro Moreira Salles, mas S.Sa. se houve tão bem no seu depoimento cartesiano, bem explicitado, e nos questionamentos que respondeu dos bravos e competentes colegas Rubens Bueno e Milton Temer, que praticamente não deixou nada a questionar a S.Sa. Apenas reafirmo que, efetivamente, é o Dr. Pedro Moreira Salles, que eu estou conhecendo pela primeira vez. Imaginava-o um senhor com certa idade, e é um jovem, um jovem com ar de colegial. Ele realmente mostrou aqui a velha tradição de seu pai, que é uma lenda no País, recentemente



falecido, o Embaixador Walter Moreira Salles. No Brasil, todos os segmentos políticos desde Getúlio, Juscelino, Jânio e Jango até Tancredo, Primeiro-Ministro, convocaram o serviço do Dr. Walter ao País. Foi Embaixador, Ministro da Fazenda e negociador da dívida externa do Brasil. Estou vendo que, apesar de seus irmãos mais velhos e talentosos, também — como disse muito bem o colega Milton Temer — o Dr. Pedro mostrou ser realmente um grande herdeiro do pai, porque usou diplomacia nas respostas e mostrou muita competência na sua intervenção. Isso tudo foi por causa da negociação do Banco Central. A maneira diplomática com que respondeu aqui os questionamentos mostrou realmente que é um grande herdeiro desse grande legado, dessa grande legenda que foi seu pai, a quem aproveito a oportunidade, para reiterar minhas homenagens neste momento. Então são essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu queria agradecer a sua generosa intervenção, que obviamente muito me honra e eu acho que deixaria o meu pai muito contente. Então lhe agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - O próximo Parlamentar é o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, minhas perguntas ao Dr. Pedro Moreira Salles são de caráter conceitual, na verdade não são factuais. O PROER, de certa forma, não apenas o PROER — o PROER foi praticamente uma consequência —, mas aquele momento que o Brasil viveu pós-Plano Real revelou alguns fatos importantes que de certa forma servem hoje, já com a distância do tempo, para que nós façamos um balanço daquele período. Especialmente no caso do Nacional, do Econômico, BAMERINDUS e de outros, ficou claro que nós tínhamos dois problemas concretos, para identificar corretamente a situação dos bancos no País. Eu citaria a supervisão bancária do Banco Central e o processo de auditoria independente dos bancos como esses dois fatores centralmente. Ficou caracterizado, primeiro, que as auditorias independentes que auditavam balanços na época, tinham pouca função do ponto de vista prático, porque não conseguiam identificar fraudes grotescas ou desequilíbrios de liquidez significativos, como no caso do Banco Nacional, no campo da fraude, e do desequilíbrio patrimonial e de liquidez no caso do Banco Econômico, ou do BAMERINDUS, sem falar dos



menores. A supervisão bancária do Banco Central da mesma forma: mesmo realizando inspeções de porte significativo nesses bancos, não conseguiu identificar riscos que estão colocados no curtíssimo prazo. Eu gostaria que V.Sa. comentasse, rapidamente, do ponto de vista de uma pessoa que atua há muito tempo na função de dirigente bancário, como V.Sa. analisa a situação da supervisão bancária naquele momento, qual a evolução que teve nesse período e também em relação ao papel das auditorias independentes.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Obrigado, Excelência. Deputado, eu não tenho dúvida de que o processo de supervisão bancária hoje é absolutamente diferente do que ele era há quinze, vinte anos atrás, ou até há sete anos atrás, que é o caso que nos traz aqui hoje, no Brasil, e eu diria que em vários outros lugares deste planeta. O acordo de base instituiu uma série de itens — não declaro porque são 25 pontos — que caracterizariam, digamos, a boa prudência bancária e as boas práticas de supervisão. O caso do Nacional, como outros, mostra que havia deficiências de supervisão. Eu acho que elas eram claras, o Banco Central, até um certo momento, se pautava muito mais por um olhar sobre se as instituições cumpriam normas e regulamentos, tinha uma visão muito mais normativa de adequação às suas decisões, aos seus comunicados, do que necessariamente à estrutura patrimonial dos bancos, a questões de crédito, a questões de liquidez. Eu acho que houve um enorme esforço nesse período, que começou já na gestão do Dr. Gustavo Loyola. Muita gente foi treinada, inclusive fora do Brasil, e hoje a Inspeção Geral Consolidada, que é como se chama o processo de supervisão que o Banco Central faz, é de outra natureza. Já tendo passado por duas, posso-lhe assegurar que é um processo que vai em níveis de detalhe extraordinários. Hoje, existe primeiro uma classificação de crédito, que não havia no passado; no passado, os critérios eram: não pagou, em sessenta dias começa a constituir provisão, mas, se se reformava o crédito, simplesmente podia ficar rolando, o que é um dos problemas que nós vimos aqui. Hoje existe o sistema, enfim, da 2.682, que é muito mais rigorosa nesse processo. Além disso, hoje, em qualquer canto de um conglomerado, qualquer crédito arrasta todos os outros. Se um cliente de cartão de crédito tem um problema, este mesmo cliente, se tiver um **leasing** num automóvel, tem de ser provisionado, e se ele estiver no cheque especial, apesar de estar em



dia, tem de ser provisionado também. Então, por esse critério, gera-se um volume de provisões maiores do que no passado. O Banco Central hoje faz uma inspeção consolidada, ou seja, ele olha todas as companhias, e não cada companhia em separado, como se fazia também ali atrás, e vai até o ponto de olhar as **holdings**. Ele olha as **holdings** de controle, exatamente para ver se essa estrutura de ativo e passivo lá também está equilibrada. Então, eu acho que houve enorme avanço no que se chama de normas prudenciais e enorme avanço no preparo das pessoas do Banco Central para fazer essa supervisão. No tocante aos auditores externos, de fato vez ou outra, seja em banco, seja em comércio, seja em indústrias, existem coisas que não são percebidas, ou não são percebidas de boa-fé, às vezes não são percebidas de má-fé. Enfim, é muito difícil, e é uma questão de julgamento e de um olhar posterior sobre por que não se viram certas coisas que, depois de descobertas, pareciam óbvias. Nem sempre o são, e existem problemas no mundo inteiro. Por último, em relação à natureza dos problemas, V.Exa. sabe que eles não são restritos nem a esses casos, nem ao setor privado. Tivemos aí, de fato, 20 bilhões de PROER, para conseguir resolver o problema de sete ou oito bancos privados, mas nós tivemos várias capitalizações nos bancos públicos e nós tivemos o PROES, que sozinho consumiu 114 bilhões, ou seja, seis vezes mais do que o PROER em si. Tudo isso tem de ser colocado no manto de um novo processo, de olhar um novo processo de supervisão, e acho que o Banco Central hoje está aparelhado para tal. Obviamente, deveria ter todos os estímulos, para continuar fazendo dessa maneira, até porque um sistema frágil, um sistema mal supervisionado é muito ruim para aqueles que operam dentro de todas as regras de regulamentação apropriadas e para as instituições sadias, porque outras começam a mostrar resultados que não são condizentes e levam à bola de neve competitiva, que não é exatamente saudável. Vemos com muito bons olhos, saber que estão todos sendo olhados da mesma maneira, os nacionais e os estrangeiros: não pode haver regras diferentes, dependendo da origem do capital.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu fiz essa pergunta, porque também tenho a avaliação de que o Banco Central evoluiu bastante em termos da supervisão bancária. Acho que a questão das auditorias ainda não está bem resolvida, até do ponto de vista da legislação, que é uma tarefa nossa, aqui na



Câmara e no Senado. Ainda assim a Dra. Tereza Grossi esteve recentemente nesta Comissão e registrou, respondendo uma pergunta minha, que, se ela pudesse hoje ter quatrocentos fiscais a mais, estaria mais tranqüila em relação à supervisão. Do ponto de vista do método e da qualidade, aumentou a capacidade de fiscalização, ou ainda falta estrutura. Aumentou a capacidade técnica de fiscalização. Deve ser votado em breve, na Comissão de Finanças, um projeto da Associação do Banco Central, entidade pan-americana, aliás, de supervisão bancária que vem no sentido também de buscar maior integração do Brasil com outros países. Voltando à questão específica do UNIBANCO, o UNIBANCO — V.Sa. faz questão de registrar — não utilizou financiamentos do PROER. No entanto, utilizou princípios do PROER que facilitaram a absorção do Nacional. Em termos de benefícios fiscais e excepcionalidades a normas do sistema bancário, V.Sa. poderia descrever quais foram os mecanismos utilizados e que tipo de impacto financeiro possam ter tido?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Deputado, o que eu posso-lhe dizer... Aquelas linhas do PROER, ou seja, em que o banco poderia captar a TR mais dez, que era a taxa vigente à época, nós não utilizamos nenhum centavo. Algumas normas, inclusive, de amortização também não foram utilizadas. O que nos foi concedido à época, por certo prazo, foi uma folga no índice de imobilizado. Enfim, nós estávamos absorvendo o Banco Nacional com poucos ativos do outro lado. Vamos lembrar de novo que o balanço que nós recebemos era um balanço metade do que tinha sido apenas quatro, cinco meses antes. O Banco Central nos deu um prazo, para voltar a ter um índice de imobilização de acordo com as regras. Que eu me lembre, era isso. O ágio era amortizado de acordo com as regras; não era uma concessão dada pelo PROER. Tivemos dez semestres para pagar, com dois ou três de carência, se eu não engano, mas isso também era no âmbito da negociação. Enfim, que eu saiba ou me recorde, essa foi a natureza da operação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Em relação à obrigação de aplicação de recursos em crédito imobiliário, o UNIBANCO foi dispensado de cumprir essa exigência por um período. Parece-me que iria até 98. Tenho informações de que não só o UNIBANCO mas também outros bancos que participaram também da aquisição de bancos no PROER continuam até hoje,



utilizando essa facilidade, para deixar de aplicar aquilo que é obrigatório em crédito imobiliário.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não. Aqueles que venderam FCVS naquele momento — fez parte da negociação — poderiam utilizar aquele volume que já tinha sido constituído com parte da exigibilidade ao longo do processo. Enfim, aqueles processos, que acabaram nas datas a que V.Exa. se refere, terminaram...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Não há mais essa situação do UNIBANCO.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu acho que não há grande entusiasmo por crédito imobiliário, mas esta é uma outra discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas o UNIBANCO não usa mais...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Há um histórico de fracassos no sistema financeiro nacional na questão do crédito imobiliário.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Então o UNIBANCO não está utilizando mais essa possibilidade de...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não. O UNIBANCO, acho que passou a ter exigibilidade pelo que ele tem captado de poupança neste ano, 2001, e tem aplicado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Está certo. Em relação à operação do FCVS, eu entendi perfeitamente a sua explicação em relação à maneira como o UNIBANCO foi procurado. Ou seja, o UNIBANCO tomou conhecimento dessa oferta posteriormente à decisão de adquirir os ativos e passivos do Banco Nacional. Só para confirmar, entendi corretamente?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Desculpe-me. V.Exa. pode repetir?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - O UNIBANCO tomou conhecimento da operação que o Banco Central estava fazendo com o FCVS posteriormente à sua decisão de comprar ativos e passivos do Banco Nacional ou não?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu não lhe posso responder isso tão peremptoriamente. Posso-lhe dizer que, no dia da operação, tínhamos a garantia de que haveria liquidez suficiente dentro do RAET, para que pudéssemos assumir



aqueles passivos a partir da segunda-feira. E havia uma cotação em relação a aquisições de vários títulos do mercado, não só de FCVS. Nós tínhamos algumas...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas essa operação que se refere à operação com o Banco Nacional para financiamento pelo Banco Central para a aquisição de títulos ou créditos do FCVS do mercado foi uma operação da parte ruim do Banco Nacional, da parte podre.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Ou seja, foi a parte que ficou, justamente porque precisou de garantias a um empréstimo que foi feito à parte podre do Banco Nacional. No dia que V.Sas. tomaram a decisão — que bateram o martelo, no jargão popular —, já tinham conhecimento dessa operação ou não?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Deputado, já havia cotado...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Essa operação específica.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não lhe sei precisar exatamente a data em que nós soubemos. Como nós fomos os vendedores, nós cotamos em algum momento. Eu não sei se foi antes ou depois da operação. O que nós tínhamos era uma visão clara de que o Banco Central se comprometia a ter os recursos necessários, para que pudéssemos fazer a operação. Era uma dedução lógica, porque se ele não o fizesse, na hora que absorvêssemos os passivos, nós estaríamos trazendo para dentro do UNIBANCO os problemas do Banco Nacional. Esses claramente nós tínhamos identificado, pelo menos a carteira de crédito. Então, eu acho que a presunção de boa-fé certamente fazia parte do processo de negociação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas especificamente...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Se a cotação foi na segunda, ou foi na sexta, ou foi na quinta, eu honestamente não lhe sei precisar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A decisão foi tomada na sexta ou no sábado em relação à compra?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - A nossa decisão?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Isso.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - A nossa decisão deve ter sido tomada alguns dias antes. Quer dizer, nós vamos fazer essa operação desde que exista



uma estrutura que nos permita selecionar os passivos. Ela foi fechada no sábado de manhã.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - No sábado de manhã? Essa é uma pergunta que eu ia... então ela foi fechada sábado de manhã.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - E V.Sa. não se recorda se nesse momento já tinha conhecimento ou não dessa operação com títulos do FCVS?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu não lhe sei dizer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Que não envolveu só o UNIBANCO.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu não sei dizer, mas posso precisar depois.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Seria importante.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - V.Exa. há de entender que a minha preocupação naquele momento era exatamente o que nós estaríamos comprando, como é que nós iríamos abrir na segunda-feira, o quê que nós estaríamos comprando, dado que havia boatos de todos os lados e aí perdas de depósitos. Aliás, quando pensamos na operação, estávamos baseados num balancete de meados de outubro, e era um banco de mais ou menos 9 bilhões e meio. Quando nós recebemos, era um banco de 8 bilhões e 400. Isso em quinze dias de diferença. Então, realmente a situação emergencial era de tal natureza que não havia mais prazo para se fazer qualquer coisa. Ou se fazia ali, ou nós estaríamos fora da operação, mas não foram medidos os riscos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas ao UNIBANCO foi garantido pelo Banco Central que poderia selecionar os ativos, evidentemente?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - V.Sas não tinham dimensão de quanto em ativos V.Sas. ficariam com o Banco Nacional?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não. Nós já tínhamos uma visão, ao analisar a carteira de crédito, que tinha volume muito substancial de vários bilhões que nós não íamos querer. Agora, até para dimensionar a operação do FCVS, o Banco Central teria que ter esse número da nossa parte, e era um número de que



não dispúnhamos no sábado, dia 18. Nós só de fato avaliamos o tamanho todo do problema ao assumir o banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A operação do FCVS não envolveu só o UNIBANCO, portanto não dá para caracterizar como uma operação de garantia ao UNIBANCO, porque, na verdade, houve uma operação, para resolver um problema estrutural do Banco Nacional, para entrar no PROER de maneira equilibrada. No entanto, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta que pede a sua opinião; evidentemente V.Sa. pode dá-la ou não. Do ponto de vista patrimonial, para o Banco Central foi uma conta de chegar, ou seja, não houve o interesse. Enquanto Banco Central, não houve uma atuação no sentido de resguardar os interesses patrimoniais do Banco Central nesse caso. V.Sa. concorda com essa afirmação?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Em que sentido? Quer dizer, o Tesouro recomprou títulos dele próprio a 65% de deságio naquele momento. Eu acho que o Tesouro não fez um mau negócio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - O Banco Nacional recomprou...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Sim, mas o Tesouro... Em última instância, os passivos a descoberto dentro do RAET, uma vez tomados os bens dos controladores, ficariam para o Tesouro. V.Exa. concorda?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas V.Sa. concorda que é impossível prever qual vai ser o montante de passivo a descoberto, sem conhecer profundamente a capacidade de recuperação?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - É muito difícil.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Muito difícil. Portanto...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Nós recuperamos para o Nacional 1 bilhão de crédito nos últimos cinco, seis anos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Portanto, a valor presente, os títulos do FCVS não valiam o que foi pago por eles.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Por que não?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Porque o Banco Central aceitou quase pelo valor de face como garantia algo que não tinha, em valor presente, valor de face.



O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Sim, mas ao fim da operação essas coisas se liquidam, a exemplo das dívidas **bradies** brasileiras, onde se compra um **zero coupon**, que no final dos trinta anos as coisas chegam a 1 para 1 e se tornam autoliquidadas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Patrimonialmente, para a parte podre do Banco Nacional, houve uma vantagem, porque eles não tinham. Era algo que eles não tinham. O Banco Central precisou emprestar, para que eles adquirissem e entregassem como garantia. Ou seja, isso é uma operação montada evidentemente. Eu não estou entrando no mérito sequer se foi uma operação inteligente do ponto de vista da arquitetura do processo ou não. Mas do ponto de vista concreto, houve uma sobrevalorização de algo que não tinha esse valor.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - V.Exa. pode não concordar. Do lado de que eu enxergo essa operação, acho que ele empurrou nos bancos 50% do custo, ao comprar um ativo do Tesouro por 50% do seu valor. Quer dizer, como é que nós tínhamos provisionado isso? Com lucros do passado. Correto? Quer dizer, é assim que fazemos a provisão. Retemos lucros e vai-se constituindo a provisão. Então, nós aceitamos vender um título do Governo por, na verdade, 35%. E depois houve... não, 35% naquele momento, e houve uma operação de compulsório que o Banco Central deu para todos esses que tinham vendido o FCVS — de novo, são reservas dos próprios bancos —, que completava 15% ao longo de um ano e meio ou dois para se chegar a esse 50% que V.Exa. está mencionando.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Esse é um cálculo financeiro.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Mas a operação, foi uma operação feita a 35% naquele momento, tanto que nos balanços o que aparece...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Deve haver é 50.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Oi?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Deve haver, em termos do Tesouro, é 50.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Depende de como V.Exa. trata o compulsório, que, em última instância, pertence aos bancos. Eles liberaram parte do compulsório, dando mais liquidez ao mercado, e isso foi parte do pagamento desses títulos de FCVS. Mas a compra do título foi a 35% do valor de face.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Essa parte do pagamento é um cálculo financeiro, ou seja, o que aquele compulsório gera de rentabilidade, projetando para frente.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Está certo. Só para completar, que é a última pergunta que eu tenho. O fato é que esses bancos que já haviam provisionado como prejuízo esses títulos. Evidentemente os títulos existiam e permaneceriam em carteira até o vencimento — é esse o raciocínio que o senhor faz. Ou seja, foi provisionado por uma questão de liquidez, mas do ponto de vista patrimonial esses títulos eram resgatáveis após trinta anos.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Quando fossem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Ou seja, nesse momento reverteria o que foi provisionado e teria o lucro de 100% sobre aquele título, ou seja, do ponto de vista concreto, patrimonialmente ao longo de um período longo, haveria a incorporação patrimonial de 100% do valor de face.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Ou na hora em que isso fosse transformado em títulos FCVS, como, aliás, hoje já há, e tem cotações de 65, 70% no mercado hoje. Por quê? Tem o diferencial da taxa de juros. Eles carregam juro menor do que o vigente no mercado. Se a SELIC cair, o valor deles sobe. Quer dizer, é uma questão de ajuste ao valor presente. Então, de fato, hoje, se tivéssemos esse título, teríamos 100% provisionado, contra um título que poderia hoje estar variando 70% nesse mercado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Era só isso, Sr. Presidente. Agradeço ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Só um minuto, Deputado Ivan Valente, porque já estava inscrito o Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. é o segundo inscrito e só chegou agora. Deputado Hauly, se V.Exa. estiver de acordo concederei a palavra ao Deputado Ivan Valente, por ser uma rápida intervenção, apenas lembrando que temos mais um depoimento ainda hoje. Deve haver preocupação da objetividade. Então, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, ilustre depoente Pedro Moreira Salles, não me habilitei para ouvir a



exposição de V.Sa., mas me agradou muito esse último momento em que estive aqui presente, ao ouvir alguns companheiros como estava procedendo o andamento da sessão. Portanto, abro espaço para os ilustres membros da Oposição que estão inscritos depois de mim, porque estive bem cedo aqui me inscrevendo para poder manter a assiduidade a esta Comissão. Aliás, ontem à tarde, sentimos muito a falta de várias pessoas aqui na audiência que tivemos sobre o PROER. Mas é uma satisfação poder ceder esse lugar aos ilustres membros da Oposição, e me dou por satisfeito pelo que está sendo exposto até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Obrigado, Deputado Haully. Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele diz que veio aí hoje só para dizer que ele se inscreve na frente, mas ele não fica. Isso comprova o que disse dele ontem. Ele veio, se inscreveu, não veio. Agora veio, cumprimentou nosso depoente e foi embora. Fica aí, Haully.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - O Haully está com crédito pela intervenção que fez ontem no Plenário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É verdade. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Pedro Moreira Salles, nosso depoente, faço a seguinte pergunta: o senhor acha que fez um bom negócio comprando o Nacional?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Passados seis anos, acho.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Um bom negócio. E por que o senhor acha que foi um bom negócio?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Porque, como eu me referi aqui na abertura do meu depoimento, o UNIBANCO, no início da década de 90, era um banco médio que disputava um lugar com outros quatro ou cinco bancos, e muito atrás dos líderes do mercado. Ou seja, o Nacional, naquele momento, nos ofereceu escala que hoje eu sei que era crucial para trazer o UNIBANCO até aqui. Se o senhor perguntar se é um bom negócio, eu digo que sim, exatamente porque estrategicamente foi fundamental. Se foi caro ou foi barato, é uma questão absolutamente subjetiva. Nós entregamos naquele momento 50% do patrimônio do antigo UNIBANCO para a massa do Banco Nacional, que se tornou, de longe, o maior acionista do UNIBANCO, tendo uma posição que é quase o dobro da posição



dos controladores. Então, acho — também para responder de forma completa — que o Banco Nacional ou a massa do Nacional também fez um muito bom negócio. Aliás, o melhor negócio do mercado até hoje feito por qualquer um desses bancos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, nessa época, o senhor pagou ágio pelo Banco Nacional de 300 milhões, certo?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Nós pagamos pelo Banco Nacional 1 bilhão e 200 milhões, dos quais 300 foram chamados de ágio, 200 e poucos foram compras de imobilizados e ativos, e 680 milhões foram para emissão de ação do UNIBANCO para receber os patrimônios das subsidiárias do Banco Nacional no Brasil e no exterior.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O ágio é comumente o valor que se atribui à marca. Foi isso que o ex-controlador do Banco Nacional disse aqui, que o senhor pagou muito barato pela marca. Ele disse que valia mais de 1 bilhão, e o senhor pagou só 300. O que o senhor diria sobre isso? Que o Banco Central facilitou a vida de vocês.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, acho que aqui tem um problema de entendimento do antigo controlador do Banco Nacional ou talvez de aritmética. Nós pagamos, como eu disse, 1 bilhão e 200 milhões, parte em ações. E ele está esquecendo desse pequeno detalhe, e ação tem valor. Tanto ação tem valor que os 680 milhões de reais foram depois revendidos na Bolsa de Nova Iorque, dezesseis meses depois, por 1 bilhão e 100 milhões de dólares. Isso é o que a massa do Banco Nacional recebeu para fazer face aos passivos que lá tem. Então, eu tenho dificuldade de fazer essa conta que o Dr. Marcos Magalhães Pinto faz. Somando-se tudo de novo, seria uma operação de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, que foi paga de maneiras diferentes, mas que tem que todas ser somadas. Então, de novo, nós entregamos para um banco em crise e muito menor na hora da absorção do que o UNIBANCO, nós entregamos um terço do capital dessa nova instituição, e isso foi o que eles ficaram detentores. Além disso, os famosos 300 milhões e os outros 220 de compra de ativos adicionais. Então, esse foi o preço pago.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dr. Pedro Moreira Salles, para nós aqui tem grande importância a cronologia dos fatos, porque todo o debate sobre a criação



do PROER partiu da idéia de que havia uma crise sistêmica, então o socorro ao Banco Econômico, e depois a necessidade de se arrumar um mecanismo para se dar conta da crise, que foi a criação do PROER. Só que nesse período, em agosto de 1995, houve a intervenção no Econômico. O Sr. Marcos Magalhães Pinto disse que até um mês antes da criação do PROER ele estaria negociando com o senhor uma fusão de banco. Ele também tinha uma proposta do Bank of Boston, que era de compra, como V.Sa. já se referiu no começo. Mas a questão remanescente é a seguinte: o Banco Nacional estava em tão boas condições que havia dois bancos pretendendo comprá-lo, um grande e o senhor, detentor de um banco em boas condições, querendo um processo de fusão. E apenas um mês depois é decretado o RAET no Nacional, e cria-se o mecanismo do PROER. Queria que o senhor me dissesse, na cronologia, quando é que o Sr. Marcos Magalhães Pinto lhe procurou inicialmente; quando é que o Banco Central lhe procurou; e quando é que o senhor achou que era importante... Tal cronograma é importante. Por quê? Porque o PROER é criado, digamos assim, da noite para o dia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Deputado, Presidente, tenho uma questão de ordem. Não quero impedir de forma nenhuma as perguntas ao Deputado Ivan Valente, mas são exatamente as perguntas feitas pelo Deputado Milton Temer e que foram respondidas detalhadamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente. Não cabe ao Relator esse tipo de colocação. Pediria a V.Exa. que cortasse a palavra do Relator, porque ele é impertinente em relação a essas questões. Quando começamos a discutir realmente o PROER, ele fica meio nervoso aqui.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Solicito a V.Exa. que o depoente responda. Considero isso importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Fui extremamente educado com V.Exa., e impertinente é V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, impertinente é a sua intervenção, porque está atrapalhando. Tem um novo depoente aqui. Não cabe a V.Exa. essa intervenção.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Acabei de dizer a V.Exa. que V.Exa. tivesse paciência, porque V.Exa. não estava presente aqui e o seu companheiro fez exatamente essa mesma pergunta e foi respondida. Se V.Exa. pudesse nos ajudar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não quero ajudar V.Exa. Eu quero ajudar os trabalhos. V.Exa. é que não quer ajudar a investigação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu fiz essa pergunta ao Deputado...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. não quer ajudar a investigação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - V.Exa. pode repetir essa pergunta dez vezes, eu apenas não serei obrigado a ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Alberto Goldman e Deputado Ivan Valente, só para esclarecer, não vamos perder o bom ritmo e o continuar dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a V.Exa., como Presidente, que assume a Presidência, e digo o seguinte: o orador está aqui fazendo perguntas e não cabe esse tipo de intervenção. Eu estou na minha ordem, na minha palavra e, para mim interessa o cronograma e peço ao depoente que responda a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Ivan Valente, vou assegurar a palavra de V.Exa. Entendo, para aqueles que estão acompanhando efetivamente todo o decorrer do trabalho, é evidente que, em determinados momentos — eu admito isso — há uma repetição. Agora, também tenho adotado procedimento e V.Exa. bem sabe que não tenho vocação para bedel e muito menos para cercear ou censurar quem quer que seja, independente de juízo que possa fazer com relação às intervenções. Mas, de qualquer maneira, vamos dar continuidade ao bom andamento dos trabalhos e garanto a palavra a V.Exa. para sua intervenção.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu agradeço a intervenção da Presidência que foi prestimosa. Pois não, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, acho que há alguma confusão por parte do Dr. Marcos em relação aos fatos que o senhor está apontado.



Eu me referi aqui que, no primeiro semestre de 95, tive alguns contatos com o Dr. Marcos, três, quatro, não me recordo mais quantos, por ter uma percepção muito clara de que com o advento do Plano Real e o fim da inflação — que a meu ver seria definitiva naquele momento, ao contrário de outros planos do passado — que os bancos tinham que buscar escala, tinham crescer a sua base de clientes para poder substituir receitas de inflação ou receitas de venda de produtos ou de crédito. Essa exposição lhe foi feita, ele me pareceu concordar com ela. Jamais propusemos uma fusão 50/50, mas fato é que, olhando os balanços, os bancos eram relativamente do mesmo tamanho. Então, também não me cabia abrir uma conversa dizendo que eu queria ser controlador da nova instituição. Eu sabia que uma abordagem dessa não me permitiria ir muito longe no processo de negociação. Essas conversas foram, enfim, muito educadas, muito cordiais, mas não redundaram em nada. Como mencionei aqui, nesse mesmo momento, um outro banco, menor do que o Nacional, tinha chegado a essa mesma conclusão e nós estávamos conversando também com eles — aí não uma questão de fusão e, sim, uma questão de aquisição. Então, vendo que no caso do Nacional a conversa não progredia como eu imaginava que ela poderia progredir, nós paramos de conversar com...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor sabe quando foi isso exatamente?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Isso foi no primeiro semestre de 95.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, no segundo semestre, o senhor não teve nenhuma...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu vou chegar lá, primeiro semestre de 95. Após a quebra do Banco Econômico, quando o Nacional começo a sofrer problemas de saques, nós fomos procurados de novo pelo Dr. Marcos para tentar dar seqüência àquela conversa que tinha sido interrompida alguns meses antes. Interrompida nunca formalmente, nunca dissemos: “Bom, então não tem mais conversa, passar bem, até logo”. Simplesmente se percebe que não há capacidade de se avançar e as partes se desinteressam e vão conversar com outros. Naquele momento, então, o Dr. Marcos nos procurou e voltamos a ter uma conversa. Mas essa conversa, mais uma vez, não se mostrou muito frutífera porque a primeira coisa que se pede para olhar a possibilidade de uma fusão é que as equipes de cada um



dos bancos examinem as contas do outro. Esse é um procedimento natural para que você possa fazer um ajuste nos patrimônios respectivos, seja ajuste para cima ou seja ajuste para baixo. E essa conversa também não avançou. Nós então, enfim, não é que desistimos, mas não sentimos nenhum progresso. Aí, como eu disse aqui, em algum momento de outubro, não me lembro exatamente as datas, fomos chamados pelo Banco Central.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não pelo Sr. Magalhães, mas pelo Banco Central.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Pelo Banco Central, que nos disse que o Dr. Marcos tinha lá estado em algum momento para se referir aos problemas crescentes de liquidez que ele estava tendo, alguns problemas de liquidez de ativos também, o que já era sinal de alguns problemas de crédito lá dentro e que ele estava desejoso de...Enfim, aceitava a idéia de passar o banco a frente. Não se falava mais de fusão ou coisas do gênero. E que ele se referiu ao Banco Central que já tinha tido duas conversas: uma com o UNIBANCO e outra com um banco estrangeiro. Isso a gente sabia que ele tinha tido mas não sabíamos com qual, e o Banco Central não nos revelou quem era, mantendo assim um clima de competição pelo Banco Nacional. Nós, então, dissemos que sim, que tínhamos interesse em olhar o banco. Eles nos deram então uma luz verde para prosseguir com a conversa, mas mais uma vez a gente não recebia os dados na velocidade que queríamos. E nós sentíamos que o concorrente estava muito avançado em relação ao UNIBANCO; que o concorrente tinha mais acesso; que o concorrente tinha mandado equipes de fora para ir olhar os dados do Banco Nacional; que nós estávamos sendo mantidos como uma alternativa, caso não se chegasse a um bom entendimento com o que se mostrou depois ser o Bank of Boston. Então, no final de outubro a início de novembro, nós fomos ao Banco Central exatamente para dizer que não tinha a menor condição de fazer uma proposta porque não tínhamos acesso aos dados. E essa conversa foi com o Dr. Gustavo Loyola. Aí o Dr. Gustavo disse que ia assegurar que haveria acesso e que nós seríamos mantidos no mesmo patamar de informação que o nosso concorrente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas quando vocês foram avisados que era para se fazer o negócio? Quer dizer, como o Governo operou no fim de



semana? Eu quero ler aqui para o senhor as declarações do Procurador que está processando inclusive o Sr. Gustavo Loyola, porque isso aqui envolve matéria legal. Faço questão de ler porque ele tem uma importância aqui nos fatos e atos jurídicos verificados nesta data. O Procurador (*ininteligível*) lista: o dia 18 de novembro, o **Diário Oficial**, publicando a Medida Provisória 1.182 e o regime de intervenção do RAET; o momento que o Presidente do Banco Nacional entrega ao BACEN carta solicitando a decretação da RAET. O Banco Central, através de um Ato Presidencial (*ininteligível*), decreta RAET no Banco Nacional. O UNIBANCO apresenta ao Banco Central proposta de absorção das atividades operacionais bancárias ao Banco Nacional. Finalmente, a Diretoria do Banco Central aprova o voto que autoriza o Conselho Diretor do RAET a transferir ativos e passivos do Nacional para o UNIBANCO, em seu ponto 151; e o 152 a adquirir créditos junto ao FCVS de titularidade do BRADESCO, Itaú e UNIBANCO — conforme já mencionado por outros Deputados. A partir desse raciocínio, o nosso Procurador cita o seguinte: “Os dados acima conduzem à seguinte ordem de presunção: o Banco Central, anteriormente ao dia 18/11, data da decretação da RAET, já devia ter pleno conhecimento da situação de insolvência desse banco. Todavia, em face das negociações que estavam sendo tratadas como UNIBANCO, deve ter acordado com as partes envolvidas, Nacional e UNIBANCO, para que os atos referentes naqueles subitens, que li aqui, fossem apresentados e implementados após a publicação da medida provisória, de modo a permitir enquadramento da operação nas disposições desse ato legal. Então, a partir disso ele faz a seguinte avaliação: “Tal conclusão decorre do seguinte fato: não é crível que num sábado se pudesse tomar conhecimento de uma edição extra do **Diário Oficial** e, com base numa medida provisória nele publicada, fossem praticados os seguintes atos: o Presidente do Banco Nacional apresentar pedido de decretação do RAET, preparar a proposta de aquisição de parte do Nacional, já dentro das novas normas, e apresentá-las ao BACEN, receber a proposta do UNIBANCO, reunir a sua Diretoria, analisar a proposta e deliberar sobre a mesma, determinando todas as diretrizes a serem seguidas, inclusive com a análise dos valores que envolvem a operação, que certamente demandavam a análise dos setores técnicos da autarquia. Também pesa para essa conclusão o fato de que o Banco Central determinou, naquela



oportunidade, que o Nacional adquiriria créditos do BRADESCO, do Itaú, e do UNIBANCO perante o FCVS. Se se tratasse de uma situação em que o Banco Central somente tivesse tomado conhecimento naquela data, como poderia ele saber que essas instituições tinham a disponibilidade de tais créditos, nos montantes que foram negociados, e que desejavam cedê-los, com deságio de 50% do valor de fase da mesma? Essa informação não consta da proposta do UNIBANCO nem do pedido de intervenção do Nacional e, obviamente, não poderia ser objeto de adivinhação." Eu pediria ao senhor que analisasse esse processo todo, porque realmente o PROER foi criado da noite para o dia, como se pode ver. Ou seja, na verdade, foi tudo planejado antes e, para dar ajuste legal às medidas, então se fez essa seqüência, mas com todo mundo avisado antes. É baseado nisso que ele entra com processo contra o Presidente do Banco Central. Quando é que vocês foram rigorosamente avisados pelo Banco Central de que haveria essa medida provisória, de que haveria todo esse processo? Isso é ética e politicamente aceitável? Antes de existir uma medida provisória podem particulares tomar conhecimento e se ajustar aos termos desse processo?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, vou tentar responder por partes. Primeiro, como eu fiz aqui na minha apresentação inicial, eu queria dizer que a construção do PROER foi por etapas. O Fundo Garantidor de Crédito é uma resolução de 31/08/95. A criação do PROER, pela Resolução nº 2.208, é de 3 de novembro de 95. Não é do dia 17 ou do dia 18.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esse é o dia da decretação do RAET.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - É óbvio que as conversas, a partir do momento em que elas se desenvolveram com o Banco Central e numa situação de crise absoluta e de perda de depósitos e de rumores no mercado em relação ao Nacional, elas foram sendo conduzidas **pari passu**. Eu me mudei para Brasília por dez dias, quer dizer, e nós estávamos analisando, de fato, as informações...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E quando foi isso, que vocês entraram nessa (*ininteligível*)?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Dia 5, 6, 7 de novembro, praticamente dez dias antes de fechar a operação. E como eu disse aqui, apesar de não conhecer a natureza dos problemas do Banco Nacional, era sabido, já naquele momento, que



havia um problema de crédito. Aliás, o Dr. Marcos se referiu a isso para o Banco Central, em algum momento que eu não fiz parte, porque quando eu fui chamado lá em outubro me fizeram a referência à liquidez de tesouraria e à liquidez de ativos. Então, agora, se eram 2 bilhões, 5 ou 8, nós não sabíamos. Agora, dado que o banco era um banco, patrimonialmente, em termos de ativos, maior do que o UNIBANCO, era muito claro que para a gente poder fazer aquela operação — nós ou qualquer outro; nós ou o BRADESCO; nós ou o Banco do Brasil, desde que fosse prudente — só poderia fazer aquela operação selecionando os ativos que seriam correspondentes ao depósito do público. Então, de fato, enquanto a gente entendia o processo e estabelecia as regras... Era a primeira vez que se fazia isso no Brasil, vamos lembrar, e sobre uma espada de tempo muito difícil. Como eu mencionei aqui, num certo momento eu fiquei em dúvida se a gente deveria prosseguir com a operação, porque os saques eram de tal monta que a gente não sabia mais o que ia receber, uma vez feita a operação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Um aparte. E quando é que o senhor soube que tinham fraudes no Banco Nacional?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Só depois. Só depois, quando ficou claro... Quer dizer, a gente sabia que tinha problemas de créditos, agora, se o crédito era oriundo de fraude ou era consequência de crédito mal dado, isso a gente não tinha como saber, até porque a gente não estava dentro do banco analisando os documentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor não foi avisado pelo Sr. Gustavo Loyola, então, sobre as fraudes que teve no Nacional?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Fraude, não. Quem olhou a carteira de crédito e disse que não queria um volume substancial fomos nós. Quando nós tivemos acesso à carteira de crédito — por imposição do Dr. Gustavo, mas quem nos deu foi o Banco Nacional —, a gente comparou. Nós estávamos... Ambos atuávamos no mesmo mercado. Então, enfim, a gente sabia quem eram os clientes bons, a gente sabia quem eram os clientes que eles, por uma exposição a risco maior, podiam aceitar, mas nós não aceitávamos, no nosso critério de risco, e tinham clientes que, enfim, ao nosso ver, não mereciam de forma alguma o crédito que era concedido. E até porque era uma questão de velocidade, de emergência,



nós fizemos um contrato com o Banco Central baseado na boa-fé das partes e que mesmo coisa que a gente viesse a receber, já previamente identificada, e que de fato comprovasse não ser boa, a gente podia devolver para o Banco Central, ou melhor, para o Nacional. Então, foi assim que foi feito. Então, não há nenhuma coincidência extraordinária de que do dia 17 para 18 os instrumentos necessários estivessem lá para dar origem e conseqüência aos atos que estavam sendo discutidos pelo menos há dez dias. Foram trabalhos de viradas de noites para você ir fazendo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas então o Procurador tem razão numa questão. Quer dizer, na verdade, já estava tudo sendo discutido, e a sociedade não sabia, e, de repente, você solta uma medida provisória com todas essas medidas, inclusive a questão do FCVS, onde os bancos foram avisados com as suas provisões com antecedência. É isso?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, eu não conheço nenhum caso de crise bancária que é anunciada publicamente. As crises bancárias são, ao contrário, tratadas da maneira como esta foi. Tendo os instrumentos em mão, é mais fácil. Naquela época eu não tinha. Enfim, não me cabe aqui defender quem quer que seja, mas eu quero fazer uma referência adicional. Eu acho que parte da legislação daquele dia, que expropriava bens dos controladores como um todo e de qualquer membro da Diretoria e expandiu o grau de interferência, tinha a ver com o fato de que netos do Presidente da República poderiam ser herdeiros daquele banco...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tinha a ver com o fato de que havia quinhentas e sessenta contas fraudadas, não é?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - E não se queria, ali, dar origem a questionamentos adicionais em relação a isso. Eu acho que foi feito, ao meu ver, de maneira exemplar, por todas as partes envolvidas. Enfim, eu queria deixar claro este testemunho aqui. E com grande isenção das mais altas personalidades do País, porque era muito difícil fazer uma operação, naquela circunstância, daquela maneira e com as penas que foram impostas aos controladores, que não existiam previamente, foram criadas para aquele evento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas as penas aos controladores... Aí o senhor comete um erro. As penas aos controladores foram exatamente



colocadas antecipadamente porque o escândalo de que um controlador do porte do Sr. Marcos Magalhães Pinto, entende, e com os seus — estão sendo processados todos na Justiça, não é —, com mais de quinhentas e sessenta contas fraudadas, dando um rombo de 5 bilhões e 600 milhões, num momento em que o Banco Central já tinha informações de anos de irregularidades no Banco Nacional e culminaram com essa exposição, digamos assim, não haveria outra forma, entende, de dar algum grau de legitimidade ao PROER, se ele também não entrasse com medidas que seqüestrassem ou indisponibilizassem bens dos controladores, não é?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Excelência, a medida de indisponibilidade já existia, só que ela se referia exclusivamente a quem estava envolvido com o dia-a-dia do banco, e não com pessoas que controlam o banco e que, sabidamente, nada tinham a ver com o dia-a-dia daquela instituição.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor acha que o Dr. Marcos Magalhães Pinto...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Eu não estou falando do Dr. Marcos.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Posso fazer uma pergunta rápida que me interessa com respeito ao Nacional?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Pois não.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Nas negociações que o senhor fez com o Banco Nacional, quem acompanhava o Dr. Marcos Magalhães Pinto, dos executivos? Era o Arnolde ou era o...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Nenhum dos dois. Meus encontros foram na casa do Dr. Marcos e só tinha ele.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Goldman, Deputado Ivan Valente, certa feita o então Ministro da Justiça do Governo, Ministro Petrônio Portella, perguntaram para ele quais seriam as dez primeiras qualidades, principais qualidades, de quem está na atividade política. Ele falou que as dez ele não sabia, mas as sete primeiras seguramente eram paciência. Então, no final desta CPI nós vamos corrigir e vamos aumentar para oito esse número. Com a palavra o Deputado Ney Lopes para um intervenção.



O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, gostaria inicialmente de cumprimentar o depoente por um fato: a absoluta franqueza e objetividade com que, e até informalidade, respondeu às questões. Vou solicitar, ao final desta minha intervenção, ratificação de um ponto destacado no relatório de V.Sa. que me parece muito importante. Mas antes de chegar a isso quero fixar um histórico, digamos. Ora, estamos aqui em uma CPI cujo objeto é investigar as relações do Banco Central com o sistema privado. Por que surgiu o caso do PROER?. O PROER surgiu diante de uma situação de anomalia do Sistema Financeiro. O PROER surgiu diante de um agravamento que nos detalhes aqui dos depoimentos ao longo da CPI foram todos esclarecidos. E o Governo, naturalmente, tentou através da suas autoridades monetárias algumas soluções, a começar da resolução que criou o Fundo Garantidor de Crédito, em agosto de 95. Tentou, naturalmente, com a MP nº 1.179 estabelecer disciplina fiscal aplicável às instituições financeiras e terminou tendo que recorrer, inapelavelmente, a uma solução jurídica da qual decorreu o PROER, que fez com que o depositante do Sistema Financeiro ficasse protegido e o Tesouro tivesse atenuado o seu risco, o que não ocorria na situação anterior. Então, se são verdadeiros esses fatos, comprovados pelas edições das resoluções das medidas provisórias etc., naturalmente caberá à CPI estabelecer relação causal, de causa e efeito, entre quem se beneficiou dessas medidas ou mais especificamente do PROER. E V.Sa. diz aqui no seu depoimento que o UNIBANCO não utilizou um centavo das linhas de crédito do PROER. Isso me parece, Sr. Relator, extremamente importante, porque tudo o que estamos aqui não é procurar sexo dos anjos, se o Banco Central conversou, se deixou de conversar. Tinha que conversar pela responsabilidade na condução da política de crédito do País. E, se conhecia a situação dos bancos que estavam em situação difícil, o tinha de fazer até pela sua função. Mas se poderia depois dizer: não, houve benefício, houve privilégio, porque foi editada medida provisória em tal dia para beneficiar o grupo tal. No caso específico, V.Sa. reafirma, em detalhes, se possíveis, que nesta operação de aquisição do Nacional, o UNIBANCO não recebeu um centavo das linhas de crédito do PROER, portanto não se beneficiando direta nem indiretamente? Esse assunto é de extrema importância



para uma conclusão definitiva, pelo menos, das relações do UNIBANCO com esse programa.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - V.Exa., Deputado Ney Lopes, eu não só escrevi aí como reafirmo: o UNIBANCO não recebeu nenhum centavo das linhas do PROER, apesar de que poderia se habilitar a tal. Mas não nos parecia necessário naquele momento e sabíamos que era uma linha, digamos, evitada de controvérsias, apesar de entendermos a natureza da linha e acharmos que sem ela esse processo de consolidação a baixo custo não teria ocorrido. Mas, de fato, nós não queríamos agregar celeuma no momento em que já havia muita inquietação e muito questionamento. Então, por uma decisão interna política nós não usamos nenhum centavo das linhas disponíveis.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Foram recursos próprios?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Todos recursos próprios.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Todos recursos próprios?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhor depoente, as questões específicas e os detalhes foram suficientemente abordados aqui e esclarecidos. Teço abordagem um pouco mais genérica em função do processo todo de reestruturação do sistema bancário. Evidentemente, a reestruturação ela não objetiva apenas fazer com que os bancos estejam em condições de equilíbrio razoáveis dentro das normas que são exigidas de maneira a que se tenha um sistema bancário estável, consistente. A reestruturação do sistema bancário também leva em conta — pelo processo de fusões, de associações, pelo processo de compra, pelo processo de vinda de novos capitais, abertura inclusive, maior abertura ao capital estrangeiro —, isto é, o objetivo principal, além dessa estabilidade do sistema, é conseguir chegar a taxas de juros mais razoáveis. Claro que não depende apenas de ação do sistema bancário. Trata-se de ampla questão macroeconômica. Sabemos disso e de todas as implicações não só macroeconômicas nacionalmente mas na questão também de relacionamento



internacional. Enfim, queria que o senhor nos desse, mais ou menos, uma visão desse processo todo, se esse sistema de reestruturação, se toda a reestruturação feita ela de fato abriu caminho, dentro das limitações que existem, à possibilidade de termos juros menores na nossa economia. Nós sabemos que existem taxas básicas elevadas. Esse já é um dado que evidentemente pressiona. Mas, em todas as operações bancárias, as mais simples, aquelas das pessoas jurídicas, das pessoas físicas, do cheque especial, enfim, as diversas formas, apesar de existir hoje uma arrecadação bastante expressiva de tarifas — o banco é um prestador de serviços —, as taxas de juros da economia ainda são muito elevadas. Esse processo de reestruturação, na sua visão, levou a algum avanço no sentido de nós termos taxas de juros mais compatíveis dentro da necessidade da economia brasileira?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Pois não, V.Exa., Deputado Alberto Goldman, agradeço ao senhor por ter levantado esse ponto, porque acho que ele é muito importante. O Brasil ainda vive um cenário de penetração de crédito do PIB baixo. Se nós olharmos hoje esse número é da ordem de menos de 30%, enquanto em países vizinhos ele passa de 60%. Acho que as taxas caem na medida em que você enxerga estabilidade, na medida em que você consegue gerar volume. O volume é o maior condicionante da queda dessas taxas. Para exemplificar, temos obviamente dois mercados muito distintos: o mercado de pessoa jurídica de primeira linha, onde o **spread** bancário hoje aqui é inferior ao **spread** bancário norte-americano. É surpreendente, ninguém nota isso, mas fato é que lá o **spread** é da ordem de 300 básicos e aqui é da ordem de 220. Estou falando de dar crédito para uma Volkswagen, estou falando de dar crédito para uma AMBEV, estou falando este tipo. Na pessoa física, as diferenças ainda são enormes, como nós bem sabemos. Mas elas já se reduziram nesse processo, por fruto da consolidação e por fruto de maior estabilidade, de maior demanda por crédito. Então o **spread** entre a taxa básica e a taxa, por exemplo, do cheque especial, que chegou a ter um múltiplo da ordem de quatorze, hoje tem um múltiplo da ordem de seis, que ainda é muito alto, mas eu diria que a maior queda proporcionalmente já ocorreu. A consolidação é fundamental por quê? À medida que os bancos conseguem concentrar mais créditos nas suas carteiras a custos administrativos mais baixos, eles suportam a perda da receita que essa queda do **spread** traz. Na medida em que você tem bancos



menores ou mais frágeis, você tem uma dificuldade de baixar a taxa, porque ela no fundo é essencial à manutenção do negócio. E acho que parte — acho não, tenho certeza — que parte do problema que levou a essa consolidação acelerada, que como o senhor bem disse tem a ver com banco privado, banco público, banco estrangeiro entrando aqui, tem a ver com a tentativa atabalhoada de substituir receitas de passivo por receitas de crédito. Então eu acho que esse ainda é um processo do qual nós estamos no meio. Eu digo sempre lá no banco que nós conseguimos fazer a primeira transição, que era do passivo para o crédito, mas ainda há uma transição a ser feita, que é do **spread** muito alto na pessoa física para um **spread** mais normal e vigente em países estáveis. Isso depende essencialmente da redução da volatilidade no Brasil e de um mínimo de confiança e da existência de taxas de longo prazo, que até hoje não vigoram infelizmente. Tivemos um momento em 97 que isso quase aconteceu, onde o Brasil podia emitir em reais lá fora, negociável, mas infelizmente veio uma das crises, não lembro mais qual, mas já havia negociação nesse sentido, e nós perdemos aquela oportunidade. Esse é o caminho para você de fato conseguir fazer um alongamento dos prazos e uma redução das taxas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu gostaria de saber como é que foi a evolução da rentabilidade das ações do UNIBANCO no período anterior à aquisição do Nacional ou dos ativos ou passivos do Nacional e no período posterior. Como é que evoluiu a rentabilidade dessas ações?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Para o investidor das ações, o senhor está dizendo?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É, o próprio mercado.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - No mercado? Ah, eu por acaso tenho aqui na minha frente, mas o intuito aqui era mais mostrar que a percepção de risco não era somente do depositante, mas também do mercado como um todo, isso se refere ao mercado acionário, mas eu posso lhe dar aqui os dados do UNIBANCO. Se nós pegarmos janeiro de 95 e equalizarmos todos os valores num índice de 100, o UNIBANCO, ao final do ano, depois de feita a operação com o Nacional, estava cotado 68% acima, mas ele vem num crescimento consistente ao longo desse período, ele não cresceu só após o Nacional. Já o Banco Econômico, que estava já,



digamos, sendo percebido como um ativo de risco, que começou o ano em 100, quando ele sofreu a intervenção estava em 68, ele tinha perdido quase 40% do seu valor no mercado. O Nacional, quando houve a intervenção, estava a 85% do seu valor, e por aí vai. O Banco do Brasil fechou o ano a 123. Então, naquele período, o UNIBANCO teve a melhor performance. Eu diria que de lá para cá, infelizmente, com todas as volatilidades, a venda que o Banco Nacional fez das ações do UNIBANCO em maio de 97 foi um ponto muito alto da curva, que até hoje nós não conseguimos recuperar, a não ser em poucos momentos. Quer dizer, eles venderam a ação a 33 dólares; eles, a massa, e a ação chegou a ir a 40, mas hoje ela está em torno de 25.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Essas ações vendidas pelo Nacional não são ações do Nacional, são ações...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Ações pertencentes ao Banco Nacional. As que nós entregamos para o Banco Nacional.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Ao Banco Nacional?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Para receber a RAET, para receber os passivos e os ativos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - E isso entrou na massa?

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Isso entrou na massa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Portanto, tendo sido vendido, portanto foi absolvido pela massa...

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - É lucro da massa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Lucro da massa. Ou seja, certos créditos, certas dívidas devem ter sido cobertas com esses recursos.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - O grande ativo da massa, uma vez feita a operação, eram as ações do UNIBANCO e a Nacional Energética. A Nacional Energética foi vendida, acho que por uns 300 milhões, poucos meses após a operação, e as ações do UNIBANCO que a massa recebeu por 680 milhões em novembro de 95 vendeu depois, em maio de 97, por 1 bilhão e 100. Então teve um lucro da ordem de quase 500 milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Ainda apesar desses números todos, o passivo a descoberto do Nacional em liquidação é uma brutalidade ainda hoje.



O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - É. Quando ele entrou em liquidação era da ordem de 3 bilhões e meio de reais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Bem, são essas as questões que queria fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Eu consulto ao Dr. Pedro se gostaria de fazer mais alguma observação, alguma intervenção.

O SR. PEDRO MOREIRA SALLES - Não, quero apenas agradecer a oportunidade de vir aqui explicar uma operação que eu sei que à época gerou, enfim, muitas dúvidas e muitas perguntas. Eu espero que com a minha presença aqui hoje eu tenha conseguido minimamente clarear o que de fato aconteceu e como o processo se deu naquele conturbado novembro de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Agradeço a presença do Sr. Pedro Moreira Salles. Nós vamos passar agora ao segundo depoimento, mas eu farei uma breve interrupção, uma suspensão, e já vamos dar início à segunda parte da audiência. Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Declaro reabertos os trabalhos e convido para compor a Mesa o Dr. Ezequiel Nasser, ex-controlador do Banco Excel. Cumprindo as formalidades legais, foi firmado pelo depoente o termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura. "Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado." Vamos passar ao depoimento. Concedo a palavra ao Dr. Ezequiel Nasser.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exmo. Sr. Deputado Gustavo Fruet, Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Deputado Alberto Goldman, Relator; Exmos. Srs. Deputados, senhoras e senhores, intimado para depor perante esta Comissão, apresso-me em atender à convocação, uma vez que possuo vivo interesse no desfecho desse processo investigativo, não só na condição de cidadão, mas como profissional afetado pela postura dos agentes encarregados da condução do saneamento do sistema financeiro. Para uma adequada avaliação do tema na parte de interesse do Banco Excel Econômico, tentarei identificar os aspectos mais relevantes do processo, que se iniciou com a sucessão do Banco Excel S.A. pelo



Banco Excel Econômico S.A., abrangendo o período durante o qual manteve a condição de controlador e Presidente dessa instituição e a etapa final, que culminou com a transferência do controle dela para o atual controlador, o BBV, da Espanha. Para propiciar uma abordagem bem objetiva, esses aspectos serão apresentados em tópicos, cada qual atendendo à respectiva ordem cronológica de ocorrência.

Fato 1. A operação envolvendo o Banco Excel S.A. com os representantes do Banco Central incumbidos de administrar a situação do Banco Econômico S.A. ocorreu em 12 de abril de 1996. Na época, o patrimônio líquido do Excel S.A. era de 230 milhões de dólares. Fato 2. O Banco Excel S.A., seus controladores e o sucessor, Banco Excel Econômico S.A., não receberam nenhum centavo do PROER. Fato 3. Ao contrário do que vem sendo errônea, maliciosa e/ou convenientemente divulgado, o Banco Excel S.A. não comprou, não incorporou, não fusionou e não assumiu o Banco Econômico S.A. A operação realizada consistiu singelamente na assunção de um lote de obrigações do Banco Econômico S.A., recebendo o Banco Excel S.A. para tanto um lote de ativos que teoricamente era igual ao volume das obrigações. Nessa linha, não é correta, pelo menos no caso do Banco Excel Econômico S.A., a afirmação do Sr. Cláudio Mauch a esta Comissão quando, às folhas 21 do seu depoimento, ele diz que “urgia então que o Governo tomasse alguma medida, e a medida que foi tomada foi transferir essas instituições financeiras para quem tivesse capitalização”. Para comprovar minha assertiva, estou disponibilizando cópia do contrato celebrado na ocasião. Desgarra-se da verdade e da lei, portanto, a informação prestada pelo Sr. Francisco Flávio Salles Barbosa às folhas 3 e 99 do seu depoimento, sendo incorreta, outrossim, a proposição feita pelo ilustre Deputado Milton Temer, contidas às folhas 96 da transcrição do depoimento daquele funcionário do BACEN. Fato 4. Os ativos recebidos, na prática, apresentaram valores inferiores aos das obrigações. Perto de 70 milhões de dólares de direitos de crédito entregues pelo Banco Central, os quais foram apresentados como bons e valiosos em determinada listagem, revelaram-se incobráveis. A listagem de crédito dada pelo Banco Central apontava uma coisa, e a dura realidade evidenciava outra. Recebi, portanto, um ativo podre, por conta de ter assumido uma obrigação líquida e certa, a obrigação de liquidar os depósitos, de pagar os depósitos, os depositantes. Deixo para avaliação de V.Exas. o que isso significa do ponto de vista jurídico. Do



ponto de vista prático, faço minhas as palavras do Sr. Cláudio Mauch, autoridade do Banco Central, no seu depoimento a esta Comissão. Às folhas 19 do seu depoimento, colhe-se o seguinte: “O Acordo da Basiléia visa justamente isto, visa fazer com que, de acordo com a ponderação de riscos implícitos nas operações ativas de um banco, ele tenha que ter um percentual e um capital próprio, porque o banco, ao contrário de outras empresas e instituições não financeiras, um banco quebra pelo seu ativo, ele não quebra pelo seu passivo. O passivo é indiscutível, ele tem que ser pago no momento que for exigido. Fato 5. Apesar de instado, em inúmeras oportunidades, a substituir os mencionados direitos de crédito, o Banco Central, mesmo não ignorando que o banco quebra por seu ativo, como diz o Sr. Cláudio Mauch, jamais se dignou de promover a correção desse procedimento iníquo e ilegal. Fato 6. O Banco Excel Econômico S.A., mesmo a despeito de ter o seu direito de solicitar recursos do PROER assegurado contratualmente, jamais chegou a formular solicitação nesse sentido, sob pena de, em fazendo-o, inviabilizar a cobrança dos mencionados créditos podres. Fato 7. O Banco Excel Econômico S.A. jamais conseguiu ter acesso aos advogados contratados pelo Banco Central para promover a cobrança dos créditos podres. Nesse sentido, é proveitoso que se analise parte do depoimento do Sr. Flávio Siqueira tomado por esta Comissão. Colhe-se às folhas 65 do seu depoimento, onde o Sr. ilustre Deputado Milton Temer diz: “O Excel foi contratado, também, para cobrar dívidas do Econômico?”, e o Sr. Flávio Siqueira diz: “Não, não foi. Lá foi diferente”. O Sr. Deputado Temer diz: “Ah, sei”. O Sr. Flávio de Souza Siqueira: “Lá no Econômico, houve um PDVI. Os funcionários que saíram no PDVI foram contratados”. E, mais adiante, o Sr. Flávio Siqueira diz: “A função do liquidante é recuperar os índices. O técnico é que fazia isso para mim”. O Sr. Deputado Milton Temer diz: “O Banco Central, que é técnico do senhor, disse o seguinte: ‘São injustificados, inclusive, são denúncias confirmadas que alguns funcionários da massa davam consultoria aos devedores’. Isso faz parte do relatório”. E o Sr. Flávio Siqueira diz: “Eu desconheço esse fato. Desconheço isso absolutamente. Não acredito que isso acontecesse. Isso é um conluio. Isso é crime, que só poderia estar acontecendo lá”; onde o Sr. Deputado Milton Temer diz: “Isso está no relatório. Então, que se denuncie isto”. E o Sr. Deputado Milton Temer continua: “O Banco Central denuncia exatamente isso, que



houve conluio entre os funcionários”. Fato 8. Estando o Banco Excel Econômico S.A. sob ameaça de intervenção e ser liquidado pelo Banco Central, fui forçado a transferir o controle dele para o BBV, mediante a celebração de um contrato draconiano, para dizer o mínimo. Leitura do depoimento prestado pelo Sr. Francisco Flávio Salles Barbosa, à folha 5, a esta Comissão, pode ofertar cenário aproximado do clima reinante no Banco no período que antecedeu à mencionada transferência. Fato 9. São provas candentes da opressão mencionada: a) o fato de o Banco Central, acolhendo insólita argumentação e hostilizando a melhor interpretação de seu ato administrativo, negar o registro de direito de crédito tributário que, afinal, acabou sendo utilizado pelo meu sucessor sem que este despendesse um único centavo; b) o fato de o Banco Central, contra as práticas adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários e por ele próprio, ter aceito o balanço do Excel Econômico S.A. elaborado para 30 de junho de 1998, mesmo a despeito de inúmeras ressalvas feitas pelos auditores do Banco Excel relativamente à constituição de provisões excessivas e pronunciadamente nocivas ao seu patrimônio, o qual, coincidentemente ou convenientemente, estaria sendo utilizado para fixar o preço das ações de controle. Estou disponibilizando para V.Exas. cópia do parecer dos auditores — **à de loi touche** — mencionando as irregularidades apontadas. Fato 10. A insólita redução do patrimônio, feita à custa de provisões excessivas e exigências atípicas, resultou em que o Banco Excel Econômico S.A. tivesse o seu controle transferido para o BBV pelo preço vil de um real, além de inúmeras outras vantagens que o próprio adquirente declara, alto e bom tom, ter recebido do Banco Central do Brasil, algumas, ao que se comenta, oriundas de investimentos brasileiros no Banco estrangeiro, combinadas com o ingresso de valores para aplicação no Brasil. O ingresso desses valores, diga-se, ao contrário do que vem sendo afirmado, não se prestou para eliminar nenhum déficit ou furo do Banco, senão porque este já havia sido saneado com inúmeras provisões, muitas delas excessivas, como já se referiu, mas sobretudo porque, ao fim e ao cabo, essa importância acabou sendo aplicada, toda ela, em títulos cambiais do próprio Governo brasileiro. Deixo para os ilustres Deputados dois documentos de grande importância para a confirmação dessas proposições: a) cópia do laudo pericial acostado aos autos da ação que propus contra o Banco Central e o Banco Bilbao Vizcaya, elaborado por técnico profundo



conhecedor do tema, o qual surpreende nos seus desvãos o processo de transferência do controle e os prejuízos apontados. No item II.4 desse laudo, pode ser constatado que os aportes de recursos feitos pelo BBV foram aplicados no mercado financeiro em títulos do próprio Governo, ao contrário das afirmações feitas de que tais verbas serviriam para cobrir furos do Banco; e outro documento onde a cópia da nota explicativa produzida pelo próprio BBV na Espanha, no relatório dele anual de dezembro de 98, noticiando ter sido ele aquinhoado com benefícios. Resta saber em detrimento de quem tais benefícios foram concedidos. Fato 11. Se o Banco Excel Econômico S.A. não recebeu recursos do PROER e se o controle foi alienado por um real, não existe conclusão que possa ser haurida, senão que foi o meu patrimônio, e não o patrimônio público, como pensam alguns, aquele que efetivamente preservou os haveres dos correntistas. O Banco Excel Econômico S.A. possuía perto de 800 mil correntistas quando da transferência do controle, e nenhum deles levantou a voz para reclamar de prejuízo algum. O custo disso? Sim, o custo disso foi o meu patrimônio inicial de 230 milhões de dólares. Fato 12. Ao contrário das transferências feitas sem anomalias, a transferência do controle do Banco Excel Econômico S.A., feita sob impiedoso constrangimento promovido pelos agentes do Banco Central, ocorreu sem que o adquirente devesse desembolsar qualquer valor a título de ágio. Conclamo os ilustres Deputados a fazer breve incursão às folhas 37 do depoimento prestado perante esta Comissão pelo Sr. José Eduardo Andrade Vieira. Vai-se encontrar ali proposição que todo o mercado nacional e internacional conhece, onde ele diz: "No sistema bancário, quando um banco compra outro, a carteira de depósito vale, no mínimo, 10% de ágio". Prova de que o Banco Excel Econômico S.A. possuía valor maior é que, mediante acordos feitos perante o Poder Judiciário, os acionistas minoritários do Banco Excel Econômico S.A. acabaram recebendo por suas participações valores superiores ao mísero um real pago pelo controle. Receberam do BBV aqui no Brasil. A consequência no não-pagamento de tal verba trouxe como benefício adicional ao adquirente BBV uma vantagem magnífica, qual seja, a apuração de notável **goodwill**, ou seja, fundo de comércio. A relevância desse benefício pode ser constatada nas demonstrações financeiras do banco espanhol, elaborada cinco meses após a aquisição do controle do Banco Excel Econômico S.A. Ali acha-se consignada, a título de ganho como **goodwill**, a



importância de nada menos de 480 milhões de dólares, mesmo a despeito de que nenhum valor a esse título ter sido pago aos antigos acionistas. Esse ganho é reflexo mediato no ágio que deixou de ser pago. Deixo para os ilustres Deputados cópia da nota explicativa àquelas demonstrações financeiras, dando conta do benefício auferido pelo BBV à custa dos antigos acionistas do Banco Excel Econômico S.A. Fato 13. Mesmo a despeito da constituição de provisões excessivas e da prática contábil casuística no trato do crédito tributário, procedimentos que reduziram a pó o patrimônio do Banco Excel Econômico, ressoa insólita arenga no sentido de que o Banco estaria quebrado quando da transferência do controle. A retórica aqui é nitidamente oportunista e paradoxal, já que, feitos todos os descontos devidos e indevidos, o produto não poderia ser algo desprezível. Ao contrário, o banco transferido, até para justificar os ajustes, haveria de ser um banco saneado. Conclusão que se impõe, quando menos, em homenagem à lógica mais elementar. Acrescente-se a isso o fato incontroverso de os prejuízos fiscais terem sido utilizados em todos os casos de sucessão, mesmo naqueles em que o Banco Central determinou a liquidação, com exemplos como o Banco do Estado da Guanabara e o Banco do Estado da Bahia. Semana passada, tivemos a venda do Banco do Estado de Goiás, no qual, para fazer o preço das ações, o comprador incluía nele todos os prejuízos fiscais. Daí o porquê de o valor sempre ter sido tomado em consideração para determinação de qualquer instituição envolvida no processo da compra de bancos liquidados pelo PROER ou pelo programa do Governo para bancos estatais. Fato 14. A possibilidade de eu vir a receber algo em complemento ao real recebido na transação foi definitivamente sepultada quando, de maneira unilateral e protestativa, foi reservado ao Banco Bilbao Vizcaya o direito de receber os primeiros 250 milhões de reais que viessem a ser produzidos pelos ativos avaliados por “zero” na transação, sob o pretexto exótico de proteger o comprador contra “outras contingências”, que não se achavam provisionadas. Seria histriônico, se não fosse consternador. Ou seja, contra contingências virtuais, fui obrigado a abrir mão de quantias efetivas. Hoje, passados quase três anos da minha infeliz e desditosa resolução de transferir o controle em vez de enfrentar a liquidação, constata-se que o BBV recebeu boa parte da importância mencionada sem ter tido, ao que tudo indica, os desembolsos esperados com as provisões constituídas no



balanço. Se eu tenho direito ou não de receber aquelas parcelas adicionais, isto o Poder Judiciário deverá decidir na ação que propus. Relatados sucintamente os fatos, coloco-me à disposição de V.Exas. para responder às questões julgadas oportunas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Concedo a palavra inicialmente ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Dr. Ezequiel Nasser, por que a sua decisão de adquirir os ativos e passivos do Banco Econômico? Como é que isso se deu?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - O processo, ele chegou a ser antes considerado, no fim do ano de 1995, era o processo que... O Banco Central tinha em mente algumas idéias. Uma delas era dividir o Banco Econômico em dois, a parte boa e a parte ruim, e vender a parte boa para o Banco. As conversas começaram desse jeito. A partir de janeiro de 96, vendo-se que legalmente não era possível vender o Banco porque teria muitas questões jurídicas por trás disso, se decidi fazer uma compra, uma assunção dos ativos e dos passivos do Banco Econômico. Por que o Excel fez isso? O Excel foi contatado para ver se tinha algum interesse. Nós conversamos com o Banco Central, conversamos com o interventor naquela época e com o Banco Central diretamente para ver da possibilidade ou não de adquirir um banco do tamanho que era o Econômico. Claro que, naquele momento, nós não conhecíamos... De adquirir ativos e passivos, perdão, não ao banco. Na época, nós não conhecíamos a carteira do Econômico, não tínhamos a mínima idéia das agências do Econômico e nada da estrutura do Econômico. Não tínhamos visto nada. Quer dizer, tudo isso era sujeito a um **due diligence**. Quando finalmente foi decidido que nós teríamos que fazer, que poderia ser feita uma aquisição de ativos e passivos do Banco Econômico, aí, então, começamos a discutir com o Banco Central de que forma poderia ser. O capital do Excel, naquela época, tinha 230 milhões de dólares, e nós trouxemos outros acionistas para dentro do Banco. Muitos deles eram fundos de pensões que tinham CDBs no Banco Econômico, portanto, CDBs que já não valiam mais nada, e instamos eles a colocarem uma parte desses CDBs, ou seja, nós pagaríamos CDBs e uma parte desses CDBs seriam convertidos em capital. Com isso, nós aumentamos o capital do Banco para aproximadamente



500 milhões na época. E isso nos deu, então, uma base sólida, com todos os números do Acordo da Basileia, para podermos adquirir mais ativos e os passivos do antigo Econômico.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Essa assunção dos ativos e passivos se deu com algum custo para o Excel? O Excel pagou alguma coisa pela assunção desses ativos e passivos?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu diria hoje que o Excel pagou com o capital inteiro dele. A assunção que nós fizemos, como me referi aqui no meu depoimento, era para tomarmos créditos, e o crédito para poder balancear o número de depósitos que nós tínhamos que pagar do outro lado. Então, uma parte era em créditos, a outra parte era em dinheiro, está certo, para podermos pagar aos depositantes. Esses créditos, uma grande parte deles, eram imobilizados, uns 100 milhões imobilizados, e uma outra parte, quase 20% dos créditos, que dava 70 milhões de dólares na época, que nós escolhemos, porque realmente o Banco Central nos deu a prerrogativa de escolher os ativos, mesmo estando... E nós escolhemos porque estava mencionado no nosso contrato, como vocês podem ver, que, se os ativos tivessem algum problema de... na constituição deles ou na existência deles, nós poderíamos devolvê-los. Apenas nos foram dados ativos depois de um ou dois meses, depois de várias tentativas e tratativas, inclusive com o Banco Central, inclusive com os advogados que foram nomeados pelos interventores do Banco Central naquela época, da qual a gente não tinha acesso, nem aos casos, nem às promissórias daquelas listagens que nós tínhamos comprado como boas, comprado como adimplentes, e que já eram inadimplentes, e essa listagem nos foi dada pelo Banco Central, e é por isso que pegamos esse tipo de ativos. Então, já começamos no Banco, você já pode dizer, com um furo de 70 milhões de dólares. E o Banco Central nunca se prestou a querer trocar esses ativos. Queria nos dar contra isso um PROER para poder financiar esses ativos e, claro, está que nós não temos interesse nenhum em pegar um PROER quando temos créditos podres que ele mesmo nos deu. Então, existiu um prejuízo efetivo. O outro lado do prejuízo que nós tivemos também foi que, em contrapartida aos CDBs e aos depósitos que pegamos, nós pegamos ativo imobilizado. Esse ativo



imobilizado não se corrige, e o CDB se corrige. Então, o Banco já começou a decair bem no comecinho. Isso com o Banco Central sabendo todos esses detalhes.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor está dizendo, portanto, que não pagou, não incluiu nenhum recurso adicional na aquisição dos ativos e passivos. De qualquer forma, não houve nenhum recurso que o senhor tenha colocado, que o seu banco tenha colocado, para adquirir os ativos e passivos?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu tive que colocar um capital.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não, não. Eu quero perguntar... O capital... O senhor tinha... O banco tinha um capital, evidentemente. Como toda aquisição de qualquer banco que tenha feito de ativos e passivos, tinha um capital. O senhor não colocou dinheiro na massa do Econômico em intervenção; em liquidação, posteriormente, o senhor colocou, recebeu ativos e passivos teoricamente equilibrados, não colocou recursos, nenhum recurso adicional para o Econômico em liquidação?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Certo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É isso. Muito bem. Então, o senhor disse, portanto, que não teve nenhum ágio. Nós tivemos agora, acabamos de ver, no caso do Nacional, houve um certo ágio. Eu perguntaria: em todos os casos que nós vimos até agora das operações, e faz parte do contrato, houve a troca de ativos quando o ativo não correspondia ao que se previa. Claro que toda compra de ativos e passivos, da forma como foi feita, não podia ser auditado previamente, tinha que ser verificado posteriormente, houve a troca desses ativos. O senhor disse que não conseguiu fazer a troca desses ativos?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor tem correspondência com o Banco Central, com o qual o senhor faz propostas de troca de ativos, e o Banco Central lhe responde que não vai fazer essa troca de ativos?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Ele, o Banco Central... Nós temos, sim. Nós temos documentação. Seguramente, não sei se está por escrito que ele não vai fazer, mas ele não fez.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas o senhor tem, em todo caso, documento solicitando a troca desses ativos?



O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor não tem certeza de ter a resposta dele.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - A resposta sempre foi “não”.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas, escrita ou...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu não sei. Eu estaria lhe mentindo se dissesse que tinha por escrito. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor tem condição de ter acesso a esses documentos para nos enviar?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Esses documentos devem estar no BBV. Seguramente devem estar lá no BBV. Eu não teria esses documentos comigo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Quanto tempo depois de o Excel assumir é que o BBV assumiu o Excel? Quanto tempo se deu?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Nós assumimos o Banco em maio de 96 e o BBV assumiu ao fim de agosto de 98.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Período de dois anos e pouco?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Certo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Nesses dois anos e pouco, o senhor está dizendo que o seu capital, o seu patrimônio, positivo por pressuposto, foi sendo corroído por esta situação de perda, em função dos recursos dos ativos do Banco Econômico que o senhor tinha assumido, foi sendo corroído nesse período?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Parte dele foi.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Por que chegou o momento em que o senhor foi levado, como o senhor diz aqui, foi forçado a transferir o controle? Como é que funciona esse ser forçado a transferir o controle?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Bom, eu vou tentar lhe dizer. Nós, já em janeiro de 98, sabíamos ou estávamos vendo que íamos precisar de mais capitalização para o Banco. Foi aí onde nós mesmos contatamos o BBV e fomos conversar com o BBV na Espanha para vender uma parte do controle acionário para o BBV. Foi assim que começaram as discussões. O BBV, naquela conversa, mostrou-se interessado, voltou depois de algum tempo fazendo algumas... pondo algumas condições de que ele queria ter mais agências para poder desenvolver o



banco. O Banco Central aceitou isso, e aí firmamos uma carta de intenções, em 30 de abril daquele ano de 98, na qual seria feito o **due diligence** do banco por auditores e, depois disso, seria estabelecido o valor das ações. Estranhamente, depois disso, depois desse documento assinado, tivemos uma ou duas reuniões com os espanhóis, e não mais, e as reuniões estranhamente eram feitas depois entre os espanhóis e o banco Central diretamente. Eu posso lhe dizer que até a assinatura do nosso contrato, em julho de 98, talvez, naquela época, eu não tinha visto os espanhóis já por mais de dois meses, não tínhamos conversado com eles. Ou seja, eles iam, através do Sr. Cláudio Mauch, conversavam com ele, e as tratativas eram nós conversando com o Sr. Cláudio Mauch e o Sr. Cláudio Mauch conversando com eles, porque eles não queriam conversar conosco diretamente, o banco espanhol. Eu procurei o Cláudio Mauch pessoalmente, falei para ele que a melhor solução para o banco seria fazer uma conta gráfica, como foi feito com todos os outros bancos no Brasil e no exterior, para não discutirmos o preço, colocarmos tudo o que eles quisessem naquela conta gráfica, os ativos e os passivos, e, depois, veríamos qual era a verdade do banco, o que resultaria ainda dentro do banco. O que resultasse ainda dentro do banco seria dos antigos acionistas. O Sr. Cláudio Mauch me disse que era justamente uma forma muito boa de fazer. Perdão... (*Intervenção inaudível.*) Dos outros bancos. Dos outros bancos, o Nacional, todos eles fizeram as contas gráficas. Então, foi falado com os espanhóis, aceitaram a conta gráfica em tese. Em tese, eu digo porque, no fim, o que vimos é que essa conta gráfica foi imposta para nós sem termos, por exemplo, os créditos fiscais a nosso favor, tirando da nossa carteira 800 milhões de reais de créditos, dizendo que não eram cobráveis, depois dos quais vários deles já foram cobrados, e, por causa disso, elevaram o nosso capital a um capital negativo. Por quê? Por que capital tão negativo? Nós aceitamos. Por que nós aceitamos capital tão negativo? Porque nós sabíamos que, com a conta gráfica, ia-se demonstrar, nos próximos meses, se esse capital era negativo ou não pela cobrança dos créditos. Acontece que, na feitura dessa conta gráfica, fomos surpreendidos de não termos... do banco espanhol não aceitar nenhuma das nossas condições. Ou seja, o crédito tributário, eles dizem que valia zero. Que valia zero, por quê? Porque, se um banco não tem continuidade, o crédito tributário vale zero. Eu não vejo como um banco vai comprar um outro banco



se não vai continuar a trabalhar. Então, ia ter continuidade. O exemplo que dei dos bancos que foram liquidados, também, quando foram vendidos, foram vendidos com esses créditos, dentro deles, créditos fiscais. Então, não é verdade. O Banco Central aceitou essa tese. Aceitou essa tese e me disse: “Ou você faz isso ou eles não compram e nós vamos liquidar seu banco”. Então, fui forçado, sim. Fui forçado eu, foi forçado meu pai e foi forçado meu irmão, nessa mesma forma, no Banco Central.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A divergência aqui, então, está no seguinte. O Banco Central chegou a fazer um levantamento e achou que o patrimônio do Banco Excel era negativo naquele momento?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não. O Banco Central não achou que era negativo. O Banco Central achou que precisávamos de mais capitalização. O patrimônio do banco nunca chegou a ser negativo. Em nenhum momento, o banco precisou de liquidez, em nenhum momento utilizamos qualquer linha de redesconto do banco, em nenhum momento utilizamos qualquer dinheiro público dentro do Banco Excel, até o momento de entregá-lo para os espanhóis. Nunca pegamos um centavo de liquidez. O banco estava com patrimônio positivo, como demonstram os nossos auditores em 30 de junho. O que estava com patrimônio negativo foram as provisões excessivas que o BBV mandou fazer porque iam ser colocadas na conta gráfica. Só que ele pegou essas provisões, diminuiu o capital, diluiu todo mundo e trouxe um capital novo como se fosse para cobrir um furo. Não havia furo a ser coberto porque todos esses créditos já foram provisionados. Então, quem pagou foram os antigos acionistas. O PROER quem fez aqui foi o Banco Excel para o BBV.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Se o patrimônio não era negativo e não havia um problema de liquidez, qual era a base que teria o Banco Central para fazer a intervenção? Intervenção só pode ser feita em determinadas condições, pela lei — intervenção e, possivelmente, a liquidação. Se houve essa ameaça, qual era o instrumento legal que tinha para fazer a ameaça se o banco não tinha patrimônio negativo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, o banco precisava de mais patrimônio para se enquadrar nas regras da Basiléia, Sr. Deputado. É isso que é... Não é que o banco estava com patrimônio negativo, o banco precisava ter mais capitalização para poder se enquadrar dentro das normas da Basiléia.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso é uma regra que, no caso de não se enquadrar nas regras da Basileia, permite a intervenção e a liquidação? Permite legalmente?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Então, o que o senhor está dizendo é que, em função dessa ameaça de intervenção e liquidação, o senhor vendeu por 1 real.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu vendi por 1 real.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não achou melhor: "Já que é por 1 real, e eu tenho patrimônio positivo, eu tenho liquidez, faço a intervenção e faço a liquidação? Em vez de me darem 1 real, vocês fazem a liquidação e a intervenção, eu vou me defender judicialmente?"

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente. Isso foi o erro que eu fiz. Senão, agora, eu já estaria com todo o dinheiro para mim. Exatamente, foi o que eu relatei. Eu fui, talvez, mal aconselhado. Eu devia ter deixado acontecer a intervenção, porque não ia haver liquidação nenhuma. Não tinha como haver liquidação do banco. E, à medida que os créditos fossem sendo recebidos pelo Banco Central, naquele caso, o Banco Central não tinha que pôr liquidez, porque nunca precisou. Não é como nos outros bancos, que a conta de liquidez estava sendo... que o Banco Central era credor de qualquer banco. Do nosso banco, o Banco Central não é credor de nada, não tínhamos nenhum centavo com ele. Então, ninguém tinha que pôr dinheiro, o banco estava funcionando. O banco precisava de mais capital para poder se enquadrar nas regras da Basileia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor tem alguma explicação para essa ação do Banco Central, de repente, tão draconiana, como o senhor disse, contra o Banco Excel?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Tem alguma explicação?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu não tenho explicação que eu possa dar da minha cabeça. O que eu posso dizer é que foi atribuída ao BC, através de uma simples resolução ou uma medida provisória feita por ele mesmo, o poder quase divino, eu chamo, de vida ou de morte, onde se juntam duas ou três pessoas



e decidem se um banco tem de ser assim ou assado, onde decidem, como nos outros casos que já vimos, se intervém no mercado ou não intervém, se vende moeda ou se não vende moeda. Ontem o Sr. Michael Geoghegan estava aqui — eu o conheço bem — e vi nos jornais de hoje o depoimento dele de ontem, onde diz que o próprio banco, o HSBC, foi avisado um mês antes da intervenção. Não sei se essa parte ética ou através de qualquer um. O mercado financeiro conhece todos os detalhes para responder algumas perguntas que foram perguntadas antes para o meu colega. Qualquer decisão que é feita em relação ao PROER, em relação à compra de moedas podres, o mercado financeiro, sim, sabe antecedentemente. Isso quero pôr bem claro, para responder a sua pergunta, Deputado. O mercado sabe, o mercado conhece, o mercado não é **naïve**...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Só uma pergunta, que eu acho importante: o senhor diz que uma negociação como aquela é feita com o banqueiro sabendo antecipadamente que os títulos que estão em provisão serão comprados por 50% de valor de face?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Mas é claro, faz parte do preço. E não só esse banqueiro, todo o mercado financeiro conhece, porque eu lembro, na época em que nós estamos falando, do PROER para o Banco Econômico, que se falavam no mercado: “Olha, vamos comprar esses títulos, vamos fazer isso aí.” “Por quê?” “Porque você tendo isso aí, você vai ter outras vantagens.” Então, claro que o mercado conhece, na hora em que é feita essas negociações, de onde é que vai vir: ou em FCVS ou na Caixa ou **bradies**. É por aí.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Dr. Ezequiel, por que o senhor foi escolhido como o que vai pagar as culpas e todos os... Há tanto banco por aí, tanto banqueiro por aí, justo o senhor foi escolhido nesse momento? Maldade? O que é isso? Qual é a razão do Banco Central?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Qual é... Como é que o senhor infere isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu acho que não foi maldade nenhuma, eu acho que foi talvez uma vontade errônea da nossa parte de querer crescer muito rapidamente.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor estava pondo em perigo os grandes grupos bancários? É isso? O BRADESCO estava tremendo? O UNIBANCO estava ameaçado? O Itaú não estava dormindo? Como é que é o negócio?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, eu acho que é apenas uma coisa de nós querermos fazermos um banco maior, basicamente isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - E o Banco Central tinha objeção a isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A ser um banco maior.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Para o crescimento, para que não seja feito pouco a pouco, está certo, se comprando um banco como era o Banco Econômico, que tinha um número de agências muito grandes, então o crescimento se poderia dar numa velocidade maior. Agora, para responder também, Sr. Deputado, se o senhor me permite, o senhor me disse do ágio, que eu quero eu voltar para a sua pergunta: se eu paguei algum ágio ou não. Eu não paguei algum ágio, eu peguei um banco nove meses parado. É totalmente diferente de alguém entrar no dia seguinte, um sai por uma porta, outro entra pela porta, e o banco está andando, os clientes estão lá, está tudo em ordem. É totalmente diferente. Eu comprei um banco totalmente parado, sem sistema nenhum — tanto é que até o Banco Central me deu listagens erradas, essas a que eu estou me referindo, dizendo que é culpa do sistema, então nós... culpa do sistema —, os clientes todos fora do banco, tentando resgatar o nome do banco, que, infelizmente, depois de nove meses estava totalmente ido, estava sujo. Então, eu digo: talvez foi uma, uma precipitação da minha parte de ter entrado num negócio desses sem saber o que haveria após isso. Ou seja, nenhuma ajuda, e nem é ajuda o que eu chamo, mas a justiça que se faça. Se eu tenho uns créditos que não são bons, que me sejam trocados. Agora, na hora em que eu estou discutindo para vender o meu banco, e eu sou colocado de lado nessa discussão da venda, inclusive quando assinamos o contrato, cada um teve que assinar, ele de um lado, o Sr. Cláudio Mauch lá no Banco Central, em São Paulo, os espanhóis de um lado, que eu nem vi, e nós de outro lado, que também não viram. E eles estavam hoje discutindo justamente todos



esses problemas das contas gráficas. Então, fomos lesados por causa disso. Eu não sei. Os espanhóis, no balanço deles, que eu estou dando para vocês, balanço auditado deles, a auditoria deles de 98, falado por eles, dizendo que tiveram enormes benesses do Banco Central para eles. Eu gostaria de saber quais são essas benesses.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem disse isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - O BBV-Espanha, no relatório deles, que os senhores têm aí, no relatório de fim de ano, de 1998, dito por eles. E não só isso, tanto é que eles deduziram 485 milhões de dólares, 69 bilhões de pesetas como **goodwill** e não pagaram imposto de renda disso na Espanha, dizendo que tinham pago esse **goodwill** aqui no Brasil. Então foi feita essa operação, foi feita uma operação de ANFAC, de adiantamento para futuros aumentos de capital, que estava vedada e voltou à tona no dia 24 de agosto de 1998, quatro dias antes de entregarmos o banco aos espanhóis, onde eles trouxeram mais 700 milhões de dólares, dos quais compraram integralmente NTNs cambiais a taxas e leilões feitos para eles especialmente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor está processando o Banco Central?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Estou sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Quantos processos são e do que trata exatamente cada processo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Bom, é um processo conjunto contra o Banco Central, o BBV-Espanha e BBV-Brasil. Trata justamente sobre a venda do Banco para o BBV e as dificuldades encontradas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Qual é a acusação sobre o Banco Central, qual é a acusação sobre o BBV?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - O Banco Central, de ter forçado a venda e não ter se atido às normas de deixar o BBV, logo depois dos próximos seis meses, se apropriar de quase 300 milhões de créditos fiscais que pertenciam a nós, dos quais fomos pagos zero e de ter colocado como um **goodwill** 485 milhões de dólares, deduzindo ele também dos impostos lá na Espanha, de ter tido três anos de poupança sem ter que fazer crédito imobiliário, de não ter sido auditado por mais de



um ano ou dois anos pelo Banco Central e outros benefícios que eles mesmos alegam no relatório deles.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - E o senhor está sendo processado também ou não?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Processado?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O senhor está sendo processado?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Pelo BBV não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Ou pelo Banco Central, pelo BBV ou a partir do Ministério Público houve alguma denúncia?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Sim, tenho duas denúncias do Ministério Público em dois processos de Salvador, e estão nos defendendo deles.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Do que tratam esses processos?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Perdão?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Do que tratam esses processos?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Tratam de operações de crédito, que, segundo eles, temos muito desconto para receber, prêmios maiores do que se dá no mercado para receber. Esse é um caso, e outro caso é operações de **trading account**, onde de verdade o banco ganhou dinheiro, e eles dizem que... Acho que é uma coisa mais técnica, que não vem ao caso aqui. Acho que é uma coisa que estamos nos defendendo com os advogados lá em Salvador, na Bahia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Antes de passar a palavra ao próximo Parlamentar, quero informar que já iniciou a Ordem do Dia e já está em processo de votação no Conselho da República. Então, para evitar — é sempre bom destacar isso — qualquer problema de nulidade, atendendo dispositivo regimental, já transfiro desde já para amanhã a pauta de requerimentos, que nós temos impreterivelmente que enfrentar. Então, concedo a palavra ao Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - E que se tornam cada vez mais necessários, Sr. Presidente. Lamento profundamente não ter recebido anteriormente essas informações que estão aqui do Sr. Ezequiel Nasser, porque tenho uma linha



de raciocínio que se acrescenta... Hoje eu tinha uma preocupação inicial que é a passagem Econômico/Excel, e estou vendo que na passagem Excel/BBV algumas coisas coincidem no processo do BAMERINDUS, quais sejam: julgada do Banco Central em relação ao privilégio na abertura para bancos estrangeiros; segundo lugar, denúncias concretas que são feitas ao pessoal, que eu gostaria de saber contra quem no Banco Central o senhor fez o processo, é nominal ou é contra a instituição?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - É contra a instituição.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Contra a instituição.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Mas citamos também nominalmente o Dr. Cláudio Mauch e a D. Tereza Grossi.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - E a D. Tereza Grossi?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - D. Tereza Grossi sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Estou com uma preocupação séria, Sr. Relator. Nós estamos chegando ao fim dessa primeira fase, que está abrindo uma série de problemas e nós temos tratado aqui de maneira, digamos, **en passant**, correndo, que, para mim, tem especial importância. Eu estou cada vez mais convencido de que as operações do Banco Central, em todos os momentos, foram operações que claramente trouxeram indícios evidentes de improbidade administrativa. Não estou falando que houve corrupção individual, nada disso, mas no desenvolvimento de uma política há sérias denúncias de improbidade administrativa. Não estou aqui preocupado com interesse especial dos controladores dos bancos, mas, por exemplo, eu tenho uma fase inicial, que acho que o Sr. Ezequiel Nasser foi beneficiado, e tenho uma fase posterior em que ele foi atropelado. Eu vou começar pela fase inicial, porque não quero ter nenhuma imagem de simpatia só porque quero atacar o Banco Central. Na relação Excel Econômico, o senhor certamente viu as perguntas que fiz ao Sr. Francisco Salles Barbosa, o interventor, e viu as respostas que ele deu. Francisco Salles Barbosa disse, de maneira clara, que deixou a intervenção e se retirou porque tomou conhecimento pela televisão da decisão do Banco Central, mas no detalhamento da operação acabou declarando que era contrário à entrega do Banco Econômico ao Excel nas condições em que fora entregue. Eu disse: "Que condições?" "Sem



empenhar um tostão. Eu queria que, pelo menos, o Excel colocasse 25 centavos para cada real da avaliação”. Ou seja, naquele depoimento do interventor havia uma denúncia aos diretores do Banco Central. Ele se retirava, não fazia a denúncia formal, mas “este processo eu não concordo”. Eu pergunto ao senhor o seguinte: naquela operação Excel Econômico, muito mais do que Ezequiel Nasser, eu estava muito interessado em seguir os passos de um Dr. Gilberto Nobre. O Dr. Gilberto Nobre foi Vice-Presidente do Excel Econômico.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Foi.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Mas o contato inicial do senhor com o Dr. Gilberto Nobre se dá quando o Dr. Gilberto Nobre era Diretor do Banco Central?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu conheci ele quando era Diretor do Banco Central.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Quando ele — e isso era público — arquivou um processo de investigação contra o Excel?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não houve um processo para que seja arquivado, o que houve foram algumas ilações falando sobre as contas CC-5 e o que foi feito. E várias vezes o Banco Central mostrou que as contas CC-5 que o Banco Excel tinha eram todas legais e feitas legalmente. O Excel só tinha essas contas, tanto é que nenhuma conta e nenhuma apuração da polícia ou em algum lugar foi visto algum defeito sobre isso. Então, o que o senhor Gilberto pode ter dito ou não apenas é a realidade. Qualquer um aqui do Banco Central vai lhe dizer a mesma coisa: a CC-5, a forma que ela funciona é exatamente da forma que ela funcionava em todos os bancos. Então, isso era regulamentado pelo Banco Central, não foi feito nenhum ilícito no Banco Central.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Eu não tenho detalhes desse processo, mas agora um dos indícios claros de operações **inside form**, pelo menos de beneficiamento, uma das coisas que mais me fez discutir e tentar aprovar aqui a questão do projeto, que impõe a quarentena aos funcionários públicos, é que saindo do Banco Central, como aposentado do Banco Central, o Dr. Gilberto Nobre se transformou em Vice-Presidente do Excel.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, não foi exatamente...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Imediatamente não.



O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não. O Sr. Gilberto Nobre, quando saiu do Banco Central, ele foi para o Banco Mercantil do Brasil em Londres.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Só depois é que veio para o Banco Excel?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - E só depois, aproximadamente um ano, um ano e meio é que ele veio.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Agora, a operação da passagem do Econômico para o Excel, essencialmente quem operou essa operação dentro do Banco Central foi o Dr. Gilberto Nobre?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, foi a Diretoria do Banco, eu diria que todo o mundo operou.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, porque, por exemplo, as matérias dos jornais informativos da época, especializados, a **Gazeta Mercantil** em especial, que não publica fotos, se dava ao trabalho de publicar a ilustração do Dr. Gilberto Nobre e a participação intensa dele nisso.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Sim, era um dos negociadores.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Então, eu pediria ao senhor: essa participação do Dr. Gilberto Nobre não teve nada a ver com a operação inicial do Banco Central tentando consertar a atrapalhada que havia feito na intervenção no Econômico, uma atrapalhada que, se feita em abril, causaria um rombo bem menor ao Erário do que quando feita em agosto? Ou seja, não é possível que o Banco Central tivesse, neste momento, feito operação com o Banco Excel de maneira, digamos assim, leniente, sem grandes controles de parte a parte para a assunção de ativos e passivos e coisas do gênero?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, acho que o Banco Central tomou todos os cuidados necessários. Inclusive nós tivemos que aumentar nosso capital, como eu falei, para podermos fazer essa operação. Então, eu acho que não foi essa a visão do Banco Central. O Banco Central tinha, de um jeito ou de outro, deixar existir o antigo Banco Econômico, queria que o Banco Econômico ficasse. Então, acho que foi um jeito que eles acharam de poder transferir, vendendo os ativos e passivos.



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Mas a forma como vende, porque o Banco Central é um banco íntegro, correto e transparente no momento em que faz a operação do Excel com o Econômico, mas na hora que faz a operação do Excel Econômico com o BBV já não é transparente e, digamos assim, já não é a mesma avaliação que o senhor faz da operação quanto ao comportamento das mesmas pessoas?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Aí fica complicado. Eu, que tenho todo o interesse em pegar o Banco Central, fico desarmado, porque, no meu modo de ver, eu acho que havia uma operação clara do Banco Central para facilitar a entrada de capitais estrangeiros. Não duvido nada do que o senhor tenha dito a respeito da operação feita com o BBV. Gostaria que tivéssemos aqui a cópia do processo que o senhor abriu contra o Banco Central. Se isso pudesse chegar à CPI seria fundamental para nós, ou seja, lá estão as denúncias que o senhor faz contra o Banco Central, especialmente contra o Dr. Cláudio Mauch. Era importante para nós...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Cláudio Mauch e Tereza Grossi.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Era importante que nós tivéssemos a cópia desse processo. Isso, para nós, no relatório, é essencial, porque pode nos valer a necessidade de aprovar novas convocações e acareações. Isso para mim é uma questão que está se tornando clara. Agora, eu quero precisar mais isso. Porque o interventor, que já estava no Banco Econômico, não considerava justa a operação feita pelo Banco Central e saiu fora claramente, dando a entender que não participaria de algo, que, no modo de ver dele, interventor, beneficiava o Excel na operação?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não sei, Deputado. Número um, o interventor saiu do Banco acho que dia 10 de janeiro de 1996, aonde nós não tínhamos nada, absolutamente nada concluído. Número dois, a razão que o interventor saiu do Banco não foi esta, Sr. Deputado; a razão foi outra. Eu não vou mencionar aqui a razão, acho que os senhores conhecem. Então, a razão...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Nós não conhecemos, não.



O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - A razão do Sr. Francisco ter saído do Banco como interventor não foi por causa do Banco Excel, foi por causa de outras razões, que não cabe a mim aqui citar. Acho que é de conhecimento público, pelos jornais, o que aconteceu naquela época, com o que estava acontecendo.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Se é de conhecimento público, não tem problema de o senhor citar o que os jornais diziam.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Vou deixar o Andrezani falar.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, tudo bem, o senhor tem todo o direito de consultá-lo, claro.

O SR. LUIZ CARLOS ANDREZANI - Eu recomendaria ao meu cliente que simplesmente recomendasse aos Srs. Deputados que se reportassem ao noticiário que à época existia. As razões pelas quais o antigo interventor abandonou o processo são de conhecimento público porque saíram efetivamente publicadas, estão disponíveis aí para a consulta de todos.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Ele não abandonou, ele foi retirado, foi convidado a abandonar. Existe esse detalhe, acho que o Banco Central pode dizer isso.

O SR. LUIZ CARLOS ANDREZANI - Existem duas coisas sobre... Eu não quero me alongar, mas...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Perfeito.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - O Banco Central mesmo pode lhe dizer isso.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Voltaremos a isso.

O SR. LUIZ CARLOS ANDREZANI - Eu li atentamente o depoimento do Dr. Francisco e não fica claro no depoimento dele se ele saiu em função da operação ter saído da forma como saiu ou se ele saiu por outras razões que são aquelas razões que foram declinadas em todos os jornais. Esse é o aspecto. Existe um interstício muito importante, que é a data que ele foi retirado e a data que a operação se encerrou, em que aconteceu uma série de coisas, inclusive o aperfeiçoamento da operação, como mencionou o Dr. Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Foi dia 12 de abril que assinamos com o Banco Central, três meses depois de o Sr. Francisco ter saído. Ele não tinha



a mínima idéia do que estava acontecendo, e não foi com ele que assinamos, foi com o Dr. Flávio Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Milton Temer, só uma observação. Tenho sido liberal, quer dizer, permiti até a intervenção do advogado em respeito à atividade profissional, porque todo o depoimento é da responsabilidade do depoente. Eu tenho permitido que os advogados assessorem os depoentes no sentido de prestar informação por escrito ou ao depoente, mas deixar registrado que toda a manifestação é de responsabilidade do depoente. Então, foi por mera liberalidade, no sentido de permitir aprofundar e conhecer a matéria, mas faço esse registro, permita-me, para que não se estabeleça um precedente, em respeito ao Regimento e dispositivo constitucional.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Agradeço, Sr. Presidente, mas acho que nesse caso, para mim, era algo que valeu a pena. Mas agradeço a V.Exa. O próprio depoente diria isso, por recomendação do advogado. Agora, estou com um problema sério. Acho que nós recebemos uma grande quantidade de informações e eu gostaria de lê-las, inclusive porque existe a questão do próprio balanço do BBV, posterior já à entrada. Eu não conhecia esse documento. Eu quero estudá-lo. Esta é a razão de eu lamentar de isso não ter chegado as nossas mãos em tempo de poder discutir com V.Sa. nessas condições. Então, eu me considero incapaz de conduzir. Eu quero aprofundar o detalhe. Se for o caso, eu gostaria de consultar se uma nova convocação do Dr. Ezequiel, em função da leitura do documento, seria acatada normalmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Então, pediria duas coisas: primeiro, que nós tivéssemos a cópia das denúncias feitas pelo Sr. Ezequiel Nasser ao Banco Central e aos Diretores do Banco Central citados, os processos, para que se saiba ali quais são as denúncias, porque acho que isso pode exigir audiências renovadas a respeito disso. Eu encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Depoente, vou ser bastante breve, mas tenho duas perguntas diretas. A primeira: por que o senhor foi



escolhido? O Banco Excel detinha um capital relativamente pequeno para o tamanho do banco que iria parar em suas mãos, o Econômico. Porque em relatórios, inclusive, do Banco Central e da CPI dos Bancos no Senado apareceu muito essa discussão. É o caso de “peixe engolindo tubarão”. Então, queria saber o seguinte: como é que o seu banco foi escolhido para assumir naquele momento o Banco Econômico? Por quê?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Bom, a razão maior, eu acho, da escolha do Excel foi pelo fato de ter sido o único banco a aceitar deixar todas as agências do Econômico funcionando na Bahia. Essa foi a razão primordial. Os outros concorrentes queriam fechar várias das agências, muitas deficitárias. Então, acho que a razão maior de ter sido concedido ao Excel foi esta, de manter as agências.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o fato de o senhor aceitar essa condição teve alguma importância no processo que levou, depois, o Banco a ser transferido para o BBV com a ajuda do PROER?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não há dúvida que as agências da Bahia eram deficitárias e não há dúvida que continuam sendo deficitárias.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, então, foi um erro do senhor de ter assumido esse compromisso, é isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Foi um erro meu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi um erro, mas o senhor na época colocou isso como uma condição e o senhor, então...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Foi colocado para mim como uma condição e eu aceitei...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o senhor aceitou. Os outros seus concorrentes não aceitaram?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Basicamente. O senhor está me perguntando uma das razões, e estou lhe dando uma das razões que poderia ter sido a escolha do Excel. Então, foi realmente um erro do qual eu paguei com o meu patrimônio 230 milhões de dólares. Eu paguei esse erro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O erro do senhor, digamos assim, pode ser considerado um erro de querer crescer muito rápido?



O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então foi um erro isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Foi um erro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor, na sua intervenção, respondendo às perguntas anteriores, o senhor disse que não foi bem um erro, mas foi que o senhor foi vítima disso, do Banco Central. Então a vítima é o senhor mesmo, errou então?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não. Eu errei por acreditar no Banco Central.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, por que o senhor acreditou no... ou em que o senhor acreditou no Banco Central?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - É a autoridade maior do País para nós, banqueiros, é o Banco Central.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sei, entendo. Mas onde que está aí, exatamente, essas questões que o Banco Central devia ter feito e não fez? Qualifique isso, por favor.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Logo de saída, os 70 milhões de dólares na época, ou o equivalente a 70 milhões de dólares de créditos que não existiam ou que existiam e eram incobráveis e estavam nas mãos de vários advogados que o interventor e o Banco Central tinham contratado, como fazem sempre, não deram para nós gerirmos essa carteira, então tinha mais do que vinte advogados, com vários casos dos quais nós não tivemos acesso aos casos. Então não podíamos nem processar esses casos, por quê? Porque esses advogados, essas pessoas eram contratadas pelo Banco Central, pelo interventor do Banco Central, e elas é que tinham que cobrar, e só elas podiam cobrar. Então não nos foi dado o direito da cobrança dos créditos nossos e não nos foi dada a troca desses créditos que não conseguiam cobrar eles mesmos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então o senhor está colocando o seguinte: na verdade, quando o Banco Central interveio no Econômico, era um primeiro momento, o PROER não estava criado ainda, está certo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Certo.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quer dizer, os mecanismos com que o Governo iria agir ainda não estavam criados. Então o senhor se apresentou para comprar o Econômico e...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Sim, fui consultado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Fui consultado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente, mas o senhor se colocou à disposição. E, ao mesmo tempo, foram colocadas algumas condições. O senhor disse que os seus concorrentes não aceitaram o fato de ficar com agências abertas ou fazer um enxugamento, porque deve ser isso, né? E o senhor aceitou, e que o senhor falou que pagou um preço caro por isso e, ao mesmo tempo, o Banco Central não facilitou a cobrança de créditos e outras...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...questões que estavam... E isso levou o seu banco a uma situação difícil. É isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Isso começou a levar o banco a uma situação difícil, de saída já. Ou seja, se você já sai com uma boa parte dos seus créditos que não são cobráveis, e eu estou pagando juros, na época bem altos para os correntistas, para os que tinham CDBs no banco, o furo já começava a acontecer. O que eu tinha que fazer para cobrir esse furo? Eu tinha que acelerar o banco. E, para acelerar o banco, é aí onde se faz bobagens, como cartão de crédito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E acelerar quer dizer o que exatamente? Alavancar?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Aumentar a clientela do banco...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Trabalhar alavancado? O que é exatamente acelerar?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, é aumentar rapidamente os clientes do banco, fazendo um **marketing** muito agressivo para poder ter maiores contas, mais contas para podermos gerar um lucro maior dentro desse banco. É... um dos problemas que nós tivemos no banco foi justamente com cartões de crédito, onde nós fizemos uma grande campanha e fomos fraudados em cartão de crédito por um valor acima de 100 milhões de reais. E isso, na época, era... era manejado



pelo pessoal da CREDICARD, que também pode... pode dar detalhes sobre isso. Então tudo isso, essa parte de o Banco Central não querer ajudar voluntariamente, não ajudou também em... em várias vezes, quando tivemos algumas discussões trabalhistas com certas pessoas que antes estavam no Econômico e que demandavam somas enormes, como 5 a 10 milhões de dólares de..., e todos passivos trabalhistas eram do Banco Central, eles sempre nos deram problemas, tivemos que depositar dinheiro em juízo, e eles nunca atendendo aos nossos apelos. Ou seja, o Banco Central, realmente, nunca se mostrou com vontades. Eu acho que o Banco Central não se mostrou... o Sr. Cláudio Mauch, eu diria, nunca se mostrou com vontade de vender os ativos e passivos do... do Econômico para o Excel. Isso foi dito para mim, e eu falei para ele isso na frente do Dr. Gustavo Loyola.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o que disse o Sr. Gustavo Loyola?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu falei, na noite aqui, eu estava aqui em Brasília, era quase meia-noite quando íamos fechar o negócio, estava o Dr. Cláudio Mauch, Gustavo Loyola — que eu acho um homem muito íntegro —, estava eu e estavam mais 2 diretores meus, e mais o... mais o Dr. Nelson, se eu lembro bem. Quando eu vi a atitude do... do Cláudio Mauch, eu levantei da mesa e falei: eu não quero mais esse negócio, porque o Banco Central vai ficar contra mim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual era a data disso, por favor, Dr. Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Na data... 11 de abril de 96. E tem as testemunhas que estavam comigo... (*ininteligível*) comigo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E então... o senhor disse que não queria, então, mais esse negócio (*ininteligível*) conduta (*ininteligível*)...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu falei: “Assim eu não quero!”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...e aí então que o Dr. Gustavo Loyola...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Assim eu não quero.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... que era o Presidente, disse...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Dr. Gustavo Loyola pegou o Dr. Cláudio Mauch de lado, falou com ele e tal e tal, ele voltou, falou: “Não, Ezequiel, não é bem assim, sabe, tudo bem, tudo bom”, sabe?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E, aí, resolveu o problema?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Infelizmente, aconteceu o que eu falei. Resolveu? “Não se preocupe que está tudo bem”.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quer dizer, ele lhe prometeu uma coisa que depois não foi cumprida. É isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Dr. Loyola lhe prometeu, então, uma nova ação, diferenciada do que o Cláudio Mauch vinha fazendo e...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - O Dr. Cláudio Mauch não queria a transferência para o Excel. Ele não queria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E por que ele não queria?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu não sei. Não sei se eram razões políticas ou não. Eu não sei. Eu sei que não queria. Isso ele mesmo pode atestar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, nesse dia, quando o Dr. Gustavo Loyola interveio, então, nessa direção de botar panos quentes, digamos assim...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - De botar panos quentes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...o que ele disse, exatamente, ao senhor? Que o Banco Central mudaria o procedimento?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, porque o Dr. Mauch estava dizendo que eu estava tendo... que eu poderia ter algumas vantagens com isso aqui. E eu não gostei de ele ter falado isso, porque eu achei que eu estava fazendo um negócio que estava combinado entre as duas partes — está certo? — um para ajudar o outro, para tentar sair dessa situação. Agora, quando ele aludiu que eu podia ter alguma vantagem, eu falei: eu não vou pôr o Banco Central contra mim. Então, eu não quero fazer esse negócio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas qual era a vantagem que o Cláudio Mauch acha que o senhor teria?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Da vantagem de eu ser um banqueiro com trinta agências, de repente, ter quinhentas agências, uma vantagem, se é isso que é vantagem, está certo? Eu acho que um banco tem que funcionar não pelo controlador para ele se fazer maior.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu ainda não estou entendendo. Então tem uma contradição aí, porque o senhor disse que o Banco Central colocou como condição para o senhor assumir o Econômico que... que o seu banco aceitasse ficar com as agências, não fechar agências etc. e tal.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Agora o senhor está falando exatamente o contrário: o Cláudio Mauch não queria isso, que vocês passassem de trinta para quinhentas agências. Eu não estou entendendo então esse problema...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, não, o Cláudio Mauch... Não, a vantagem... Não, o senhor me perguntou qual é a vantagem que o Sr. Cláudio Mauch acha que eu tinha, que ele achava...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso, exato. Ele achava que era isso, passar de trinta para quinhentas agências...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente, é uma vantagem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, de outro lado, o Banco Central tinha colocado que uma das condições essenciais é que o banqueiro que comprasse o Econômico ficasse com as agências todas.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente. Era essa uma das grandes condições.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tem uma contradição então aí?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, eu acho que não, não tem nada a ver. O Cláudio Mauch queria, talvez, que eu pagasse mais pelo banco...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, então é isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Talvez...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E não disse isso...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Ou o Cláudio achava que eu não era o candidato ideal, certo. Talvez, por outras razões do Sr. Cláudio Mauch, o que só ele pode explicar, eu acho. Só o seu Cláudio Mauch pode explicar as razões, eu não posso explicar as razões dele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas logo após, então, o Dr. Gustavo Loyola interveio, e o senhor teve a expectativa então de que...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Ficou tudo bem.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...resolveria o problema e topou o negócio.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Isso, isso. E, depois de alguns meses, logo depois, o Sr. Cláudio Mauch, chefe de fiscalização, mandou a equipe de fiscalização do Banco Central para o Excel e, de lá, quase não saíram nunca mais.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Para fiscalizar...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Para fiscalizar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o que eles encontraram de incorreto lá na fiscalização que o senhor está reclamando?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - De incorreto?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É, que eles disseram que era incorreto, pelo menos.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu acho que... Eles? Não. Eles disseram que encontraram incorreto depois que eu saí. Enquanto eles estavam lá, durante mais que um ano inteiro, antes de eu sair, não acharam nada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então isso que eu quero entender, porque, logo depois que o Gustavo Loyola... O senhor topou fazer o negócio, então, em seguida, o senhor está falando que o Mauch, que já estava de má vontade, certo...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Já estava.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...depois, manda uma equipe de fiscalização permanentemente ao seu banco...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Quase permanentemente, quase permanentemente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Até a compra pelo BBV. É isso? Até a compra pelo BBV?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Os últimos seis meses, seguramente, até a compra do BBV, o Banco Central esteve lá o tempo todo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E por que, Sr. Ezequiel Nasser?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu me pergunto também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso, mas o que eles detectavam...



O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - E por que eles não acharam nada e por que eles acharam só depois que eu saí, só depois de três meses, que acharam esse tipo de crédito e deram para o Ministério Público?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, sim.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - E por quê? Eu me pergunto, seu Deputado. Eu pergunto isso. É o que eu gostaria de saber.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor aceitaria fazer uma acareação com o Dr. Gustavo Mauch nesta CPI?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Cláudio Mauch? Olha, eu acho... Eu estou à disposição dos Srs. Deputados. Eu não tenho... Eu acho que estou à disposição.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos votar mais um requerimento amanhã, Presidente, que eu acho que pelo jeito tem importância. Eu vou... Eu quero ver com V.Sa., inclusive, se é possível ainda termos tempo hábil para entrar com esse requerimento hoje para votarmos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Amanhã, nossa audiência está marcada para às 9h e, se for para entrar, a Ordem do Dia já foi para publicação. Então só será possível qualquer novo requerimento extrapauta, em função das 24 horas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - E é uma decisão já tomada pela Presidência da Câmara. E até eu queria informar, Deputado Ivan Valente, que amanhã estaremos completando três meses da instalação da CPI e estaremos apresentando um relatório com todos os procedimentos já adotados, com todas diligências já adotadas e os documentos que estão disponíveis na Comissão. Agora é evidente que V.Exa...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós temos também que pedir a prorrogação da CPI já?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Não. Conforme o que já havia informado, em função do recesso da Câmara, a CPI não fará audiências públicas no período do recesso. Com isso, o prazo, que se esgotaria no dia 13 de janeiro, será automaticamente transferido o encerramento para o dia 13 de março. A



CPI, com isso, ganha praticamente dois meses para poder trabalhar em cima dos documentos. Então, ao final desse prazo, se houver necessidade, evidentemente poderemos pedir a prorrogação. Mas é um esclarecimento só que queria dar a V.Exa. e lhe devolvo a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está o.k. De qualquer forma eu vou, eu acho que é importante essa colocação do Sr. Ezequiel Nasser e, certamente, têm coisas a serem esclarecidas sérias nesse processo, porque o Sr. Ezequiel Nasser, inclusive, usou termos bastantes fortes no final do pronunciamento dele aqui. Foram lesados etc. Então, queria entender o seguinte. Para concluir, Dr. Ezequiel, eu quero entender o seguinte: o senhor disse que não entende o porquê desse comportamento do Banco Central com o seu banco, porque o Sr. Cláudio Mauch, certamente ele não é o Presidente do Banco Central nem o Ministro da Fazenda. Então, ele segue uma orientação. Então, é difícil achar, inclusive, que ele tivesse operando com autonomia total.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - No caso de fiscalização do Banco Central, ele sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Certo.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Opera com autonomia total.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É, mas o senhor não acha que tem algum tipo de orientação para que ele faça isso?

O SR. EZEQUIEL NASSER - Não, eu acho que ele presta contas, claro, ao Presidente do Banco Central, e ele avisa a ele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eles foram lá e localizaram diversos créditos podres e etc. e só apareceu depois que foi feita a transferência para o BBV, é isso? O senhor não tinha... Eles faziam a fiscalização e não lhe apresentavam os problemas?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, os créditos podres, o senhor diz quais, aqueles que eu peguei do Econômico antes ou depois?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esses a que o senhor se referiu agora aí, né?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Os créditos podres que eu peguei do Econômico.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu perguntei o que a fiscalização achou. O senhor falou: “É, tinham créditos podres etc.”

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, a fiscalização... Então, o senhor me desculpa. Eu fiz talvez um erro aqui de... Os créditos podres que eu me refiro são: nº 1: os créditos podres que eu recebi do Banco Econômico, quando assumi esse ativo do Banco Econômico — esse é um crédito podre que não foi repostado. O que eu falei de (*ininteligível*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Repita, por favor.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Os créditos podres de aproximadamente 70 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, sim.

SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Foram aqueles que o Excel comprou do Banco Central. Esses são os créditos podres que eu me refiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Hum, hum.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Os outros créditos que eu me referi foi uma pergunta do Deputado Alberto Goldman sobre as denúncias do Ministério Público que eu tive e, então me referi dizendo se o Banco Central estava todo esse tempo no banco e nunca acharam nada de errado, que erraram e que depois que eu saí do banco eles acharam aquelas mesmas operações erradas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, é isso que eu quero entender do senhor. Eu quero entender o seguinte, quer dizer...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Outras operações, não são essas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eles iam lá, faziam a fiscalização e nunca lhe apresentaram: “olha isso aqui está errado”. Nunca lhe apresentaram?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Claro que não. Nunca.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só depois, então, que apareceu?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Durante a fiscalização, nos semestres quando tinha fiscalização, eles mostravam o que eles achavam que estavam errado. Tudo que eles achavam que estavam errado estava sendo saneado. Agora, eu me refiro depois que nós vendemos o banco, depois que nós assumimos todo o prejuízo, porque esse prejuízo todo que se refere o Ministério Público foi nosso, foi meu, do meu bolso. Então não adianta ele querer... Porque o



setor público brasileiro não pôs um centavo para o banco, nem para mim, nem para ninguém. Nunca! Os prejuízos foram feitos para nós. Nós fomos os únicos que tivemos um prejuízo em todo isso aí. Em toda essa operação, quem teve prejuízo foram os acionistas do banco. Eu perdi 230 milhões de dólares. Esse foi o prejuízo. Então, não adianta o Ministério Público, depois que eu saí do banco, vir me dizer: “olha essa operação você deu um desconto grande. Então, não estava certa quando você fez”. Eu quero lhe ater atenção, Sr. Deputado, ontem, na **Gazeta Mercantil** de ontem, em primeira página, estava... há um grande artigo que diz o que os bancos estão fazendo hoje para que sejam ressarcidos os créditos que eles têm. Estão dando descontos de até 80% — isso está na **Gazeta Mercantil** de ontem. Tem uma página e meia desses artigos. Então, de repente eu sou acusado por ter dado algum desconto para receber. Por quem? Pelo Banco Central e o Ministério Público. Essa é a acusação que me é imputada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor corrobora a afirmação do ex-controlador do BAMERINDUS, José Andrade Vieira, que o Banco Central, no Governo Fernando Henrique, tinha interesse em entrada de grandes bancos no Brasil?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu acho que o Banco Central tinha interesse, tinha interesse na entrada de capitais estrangeiros. A eleição estava sendo feita naquela época. Em outubro foram as eleições. Havia necessidade de caixa do Governo brasileiro, era visto por todos jornais. Então, havia um grande interesse, sim, da entrada de investimento estrangeiro, que não acho que é errado. Veja bem, eu não acho que investimento estrangeiro é errado. Eu acho que investimento estrangeiro é errado quando é às custas de cidadãos brasileiros que trabalharam a vida toda aqui para poder fazer um banco. Isso que eu acho errado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, o senhor acha que houve benesses, como o senhor já havia dito?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Como eles mesmos dizem. Eles mesmos dizem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dizem, né? Em detrimento de...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Dos acionistas brasileiros.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dos acionistas e dos banqueiros.



O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Brasileiros. Não há dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Brasileiros. No caso o Sr. Andrade Vieira e o senhor são vítimas desse processo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - É claro. Agora, eu vou lhe dizer outra coisa, se eu posso também. Eu gostaria também de... O Deputado Alberto Goldman tinha perguntado para o meu colega antes aqui por que os juros não baixam? Os juros não baixam porque os bancos estrangeiros até agora que entraram aqui para fazer mais ativos no Brasil não fizeram. O HSBC começou agora a dar crédito. O BBV ainda não deu. O BBV entra com o dinheiro e todos os outros bancos entraram com dinheiro para comprar letra do Tesouro Nacional. Estão financiando o Governo Federal. É isso que está sendo feito. Agora, se eles dessem crédito. É como disse o meu colega. Realmente aqui a base de crédito é muito pequena. É 30% só no Brasil, quando em outros países é 60, 70, 80, 90% nos Estados Unidos, para ficar maior essa massa. De cinco anos para cá, lhe digo, a massa não ficou maior, agora, os bancos estrangeiros todos entraram aqui, a massa de crédito não ficou maior. Quem está dando mais crédito sim, o BRADESCO, Itaú e UNIBANCO.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bem, eu queria fazer uma última pergunta, ainda temos aí nosso Deputado Batochio querendo perguntar, queria perguntar o seguinte: o senhor, todo seu depoimento foi na lógica de que particularmente nessa segunda fase que tem uma contradição como foi detectada pelo Deputado Milton Temer que num primeiro momento o Banco Central tem um comportamento com o senhor e com o seu banco, né? Que tudo indica que foi normal. Depois há um processo em que há uma “forçação de barra” — vamos usar um termo. O Banco Central começa a forçar determinadas questões. O senhor concorda com isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Concordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O mesmo caso do BAMERINDUS e deste.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu concordo, porque eu não pude discutir os números com os compradores. Eu não pude discutir números. Não conheço até agora como eles chegaram nesses números, o BBV, sobre os números do banco.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Agora, eu queria só perguntar uma última coisa. O senhor acha, então, que neste processo todo, tem alguma improbidade administrativa ou corrupção por parte de autoridades monetárias?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu não posso lhe dizer isso. Eu não acho não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O seu advogado já fez assim para o senhor não falar, com a cabeça.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu não estou olhando para ele, estou olhando para o senhor. Mas com o meu advogado falando ou não, eu não acho mesmo porque... Não posso dizer que eu acho, não acho mesmo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, o senhor acha que... o que me fica é o seguinte: não dá para entender, e também parece-me que para o senhor, por que o Banco Central forçou a barra. Então, é isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - ...com tanta avidez.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Com tanta avidez?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - É por isso mesmo que estou com processo pedindo uma perícia no Banco Central sobre todo esse processo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Passo a palavra ao Deputado José Roberto Batochio. Seguramente hoje, Deputado Batochio, não teremos o problema de tradução. Portanto, será possível compreendermos a pureza do depoimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sem dúvida. Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre depoente, eminentes Deputados que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a ordem dos nossos trabalhos aqui é cruel, Sr. Ezequiel Nasser. Nós temos que fazer várias coisas ao mesmo tempo. Portanto, as ausências de alguns membros desta Comissão durante o seu depoimento não são despreço ou desatenção para com o seu depoimento, mas estamos cumprindo outras obrigações. Digo isso ao senhor porque eu preparei aqui um rol de poucas perguntas a lhe fazer e, durante estas minhas... estes meus comparecimentos a outras Comissões, CPMF, o senhor pode ter já respondido a algumas dessas indagações...



O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Certamente umas três vezes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Eu vou lhe pedir, então, vou lhe solicitar que, quando isto ocorrer, o senhor diga: “Olha, eu já respondi isso” porque a mim interessa que a resposta...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Meus parabéns, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - ...que a resposta esteja consignada. Eu também não quero — muito obrigado — estabelecer um diálogo do senhor aqui. O senhor veio para nos dar informações, nem para fazer juízo de valor. De modo que, por favor, objetividade nas perguntas e nas respostas. Tentarei fazer a minha parte. Em depoimento prestado por V.Sa. na CPI do Senado, em 1999, o Suisse Bank Coporation consultou o Banco Excel sobre a possibilidade de efetuar a compra do Banco Econômico. Após a concordância do Excel, teriam dirigido ao Banco Central uma carta mostrando interesse na aquisição do Econômico. V.Sa. declarou ainda que o Banco Central estaria estudando uma forma de viabilizar a continuidade do antigo banco, preservando os empregos, os correntistas e os investidores do Econômico. Então, eu lhe pergunto: a resposta do Banco Central já informava a V.Sa. sobre a futura cisão do Econômico e que seria mais interessante aguardar para assumir a chamada parte boa daquela instituição? Primeira pergunta.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu falei, no começo, uma parte dela. Respondi talvez uma parte só. No começo, a idéia era separar os bancos e comprar a parte boa do banco. Isso emperrou na parte jurídica.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Mas o Banco Central, então, nesta oportunidade já lhe avisou: “Dr. Ezequiel, o banco será cindido e haverá uma separação entre a parte boa e a parte ruim?”

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Era uma idéia. No fim do ano de 95, era a idéia que se estava tratando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não foi nada fechado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem. Depois deste primeiro contato, como se processaram as negociações entre o Banco Central e o Excel para a assunção dos ativos bons e passivos junto ao público do Banco



Econômico? Eu tenho impressão de que o senhor já detalhou isso nas suas respostas anteriormente, então não é preciso respondê-la.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Pelo que consta, o Excel teria avaliado mal a qualidade dos ativos recebidos e, dessa forma, começou a apresentar problemas logo após a efetivação dessa operação ao abrigo do PROER, até culminar com a venda para o Bilbao Vizcaya. V.Sa. poderia nos explicar, com detalhes, as razões pelas quais o seu banco agiu de forma tão equivocada na avaliação dos ativos que assumiu? Porque realmente comprou lebre e era gato. Então, como é que isso aconteceu? O senhor é um homem respeitado e respeitável nos círculos banqueiros, quer dizer, uma pessoa de alto prestígio no mundo econômico, então, acho difícil, quer dizer, alguém conseguir lhe passar, chamemos assim, este conto, né? Como é que se explica isto?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu comprei os créditos bons e avaliei bem os créditos. Eu não avaliei mal os créditos. Os créditos que estavam aí não eram esses, que são diferentes. Então, se não existia uma promissória para poder protestar, se o cliente do cheque especial, porque são vários clientes, estavam adimplentes naquele dia na listagem, mas ele já tinha sido inadimplente fazia nove meses, não foi minha culpa, eu avaliei ele certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Claro. Não, mas eu nem quero chegar à sua culpa.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não, mas a avaliação foi certa. Eu digo: a avaliação de crédito foi certa, porque nos mostraram uma lista de vários clientes que continuavam a ser adimplentes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Eles mostraram uma coisa que até poderia ser verdadeira naquele momento, mas quando o senhor assumiu a realidade era totalmente diferente. Foi isso?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - A realidade era diferente. Esses créditos já estavam nas mãos de advogados, dos quais não consegui tirar esses créditos, os advogados nomeados pelo Banco Central.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Com referência à natureza dos créditos, quer dizer, eles mudaram os créditos? Apresentaram outros créditos neste ativo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não. Não quiseram mudar aqueles...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Ah, muito bem.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - ...dizendo que nós já tínhamos escolhido. Agora, se o crédito era um cara que estava protestado, e eu não sabia, porque foi o Banco Central que não me deu essas informações, foi aí onde a discussão toda ficou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Eu iria lhe perguntar por que o Excel não fez então a troca desses ativos, mas o senhor já me respondeu que eles não aceitaram qualquer troca dos ativos.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - De jeito nenhum, até o último dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Quais as providências adotadas pelo Excel ao tomar consciência de que os seus problemas caminhavam para uma deterioração patrimonial insolúvel? Procurou o Banco Central com alguma proposta efetiva de recuperação do Banco? Chegaram a oferecer sociedade a outras instituições financeiras? Eu estou colocando alternativas para saber qual dessas ou nenhuma o Excel chegou a tomar naquela oportunidade. Com relação ao Bilbao Vizcaya, em especial, qual foi a reação daquele à proposta de sociedade, se é que houve uma proposta ao Bilbao Vizcaya? Como é que eles reagiram a isso? O Banco Central, de alguma forma, pressionou V.Sa. para que o Excel fosse vendido para o BBV especificamente? Esta última pergunta tem uma especial conotação. Eu queria saber, exatamente, se o senhor, com a sua fina sensibilidade de homem de finanças, pôde sentir naquele momento que o Banco Central empurrava o senhor definitivamente para um comprador que ele, Banco Central, já havia escolhido?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não. Sr. Deputado. Como eu falei antes, eu escolhi o BBV, eu busquei o BBV, eu fui para Madri para falar com o BBV logo no fim de janeiro. Então, fui eu que fui buscar ele. Depois disso, tivemos uns contatos com o BBV. No dia 30 de abril, assinamos uma carta de intenções e, logo depois do dia 30 de abril, dessa carta de intenções ser assinada, o que ela dizia para fazer a **due diligence** no Banco, para depois estabelecer o preço das ações,



do controle das ações a ser estabelecido, foi logo aí depois que nós perdemos o contato com os espanhóis, com o BBV. O BBV começou a se contactar somente aqui com o Banco Central, em Brasília.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Quer dizer, posso depreender, então, que o Banco Central isolou o senhor e passou a tratar diretamente...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não sei se foi o Banco Central ou foi o BBV. O BBV seguramente isolou, porque lhe convinha. Convinha me isolar e não me dar nenhum detalhe sobre nada, até hoje não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - De qualquer sorte, o senhor foi completamente excluído do processo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Fui totalmente excluído, e até hoje eu não conheço os detalhes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Como se vê, Sr. Presidente, sobretudo nobre Deputado Relator, o Brasil é um país muito estranho. Eu imaginava que no nosso País só os pobres fossem excluídos, mas eu vejo também que os banqueiros podem ser excluídos. Este é um País que, realmente, tem especificidades próprias, não é? Um momento de descontração.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Agora, o Dr. Ezequiel vai fazer parte do movimento do MSB — “movimento dos sem bancos”.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - *(Inaudível)* Eu sou banqueiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Prossigo, então. Sem nenhuma quebra de respeito, Dr. Ezequiel, nós fizemos aqui um breve momento de descontração. Muito bem, V.Sa. poderia nos dar alguns esclarecimentos em relação a processos criminais? V.Sa. já respondeu a essas perguntas — eu estava presente — e, inclusive, já explicou quais são os motivos que embasaram essas denúncias contra V.Sa. e, se bem me lembro, um dos casos se reporta a descontos a devedores da instituição, estou certo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem. Agora, me especifique, se o senhor puder, por obséquio: esta história de operações do Excel em agência do próprio banco nas Bahamas — notícia veiculada pelo jornal **Valor**



Econômico, de 9 de agosto último passado. O senhor poderia nos esclarecer alguma coisa sobre isso? Surgiu a notícia de que...

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - São liberações de créditos, são justamente... se referem a essas operações de crédito às quais foi dado um desconto para receber.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Ah, esse é o motivo, então, do processo crime?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não obstante esses processos a que responde, a mesma edição do jornal **Valor Econômico**, do dia 9 de agosto, informa que V.Sa. estaria decidido a processar o Banco Central e o BBV por danos — e V.Sa. já respondeu aqui que já está processando, portanto a resposta é prescindível —, por danos morais e materiais. V.Sa. estaria pedindo também que fossem tomados depoimentos do Sr. Cláudio Mauch e de D. Tereza Grossi, mas vejo que não foi só como testemunha que o senhor trouxe essas pessoas para o processo. Eles são também réus do processo. Estou certo? É isto?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor está processando essas pessoas também, porque ambos teriam participado das negociações. V.Sa. poderia nos dar alguma explicação a respeito desses processos? Eu quero saber especificamente: já há sentença, para ser bem objetivo?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Ainda não. O processo está tramitando. V.Sa., em algum momento, suspeitou de alguma irregularidade naquele processo de negociação? Agora estou falando de suspeita — veja bem, não estou pedindo provas para V.Sa. —, eu quero saber se V.Sa. chegou a suspeitar que houvesse qualquer irregularidade, com proveito econômico, por exemplo, não precisamos especificar a quem. Enfim, o senhor sentiu o cheiro de papel rasgado, como se diz no vulgo, nessa operação?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu senti.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Tudo bem. Gostaria que explicasse, se fosse possível, com essa sua sensibilidade, onde se localizariam,



digamos a grosso modo, essas irregularidades que o senhor suspeitou? Não estou lhe pedindo provas e tal, quero apenas que o senhor nos dê os caminhos. O senhor, com a experiência de um homem de finanças, pode dizer: “Olha, eu pressenti que havia aqui uma irregularidade...” O senhor não precisa provar nada. O senhor está aqui fazendo um depoimento, nós somos os investigadores. Quer dizer, nós vamos trilhar ou sindicatar os caminhos onde V.Sa. possa suspeitar que tenham se hospedado essas irregularidades, apenas isso. V.Sa. poderia nos dizer, por exemplo, onde é que V.Sa. suspeitou que houvesse irregularidades?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu vou lhe dizer quando, por exemplo. Nós tivemos uma reunião... Uma das reuniões que tivemos, um mês talvez antes de fechar a operação, foi na sede do Banco Central, em São Paulo, com o Sr. Cláudio Mauch, de um lado estavam os espanhóis, que tinham vindo de Madri, sempre na sede do Banco Central em São Paulo, e não no nosso banco, eles eram compradores do nosso Banco, e do outro lado estávamos nós. Havia umas vinte pessoas na sala, e a minha primeira pergunta que eu fiz para o negociador-chefe dos espanhóis, porque eles mandam uma equipe para negociar e depois não voltam nunca mais para o País, ninguém vê nada e as pessoas que entram, os executivos não sabem de nada, é assim que funciona; de fato, eles não conhecem nada...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - É a tática?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - A tática é feita antes. Eu perguntei uma pergunta simples. Estava o Sr. Cláudio Mauch sentado na mesa, na cabeceira, eu falei: “Eu gostaria de saber como vocês chegaram ao preço do banco?” E a resposta que eu tive do senhor que estava lá — não lembro o nome dele agora, mas posso me lembrar do nome — foi: “O comprador, Sr. Ezequiel, não tem que dizer como se chega a um preço ao vendedor”. Aí eu me levantei da mesa, o Sr. Cláudio Mauch falou: “Não, não. Não vamos nos levantar não. Vamos fazer uma coisa: vamos cada um de um lado”. E acabou a reunião. Esta foi a última reunião que eu tive com os espanhóis. Um minuto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Especificamente — e aqui vou terminar a minha intervenção, Sr. Presidente — este episódio, que diz respeito aos critérios adotados para estabelecer a conta gráfica, isso nas vésperas da venda, o BBV consta que teria excluído dessa conta 504 milhões de reais em



créditos tributários sob a alegação de que aqueles créditos só poderiam ser utilizados se o banco desse lucro. Isso é real?

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - É real e eles usaram disso, como senhor vai ver dentro da sua pasta, 296 milhões logo nos primeiros nove meses. Então, é real e eles usaram...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - ...e eu recebi zero.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Eu agradeço a V.Sa. a presteza, a objetividade, a gentileza com que se dispôs a responder às minhas indagações. Agradeço ao Sr. Presidente, dou por terminada a minha intervenção e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Consulto o Dr. Ezequiel se gostaria de fazer mais alguma observação final.

O SR. EZEQUIEL EDMOND NASSER - Eu agradeço todo mundo e estou à disposição dos Srs. Deputados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Agradeço a presença do Dr. Ezequiel. Quero informar que amanhã estaremos apresentando um relatório e semana que vem haverá uma reunião interna de trabalho da Comissão em função da autoconvocação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Quando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Amanhã haverá uma reunião de audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, e vamos interromper os trabalhos de audiência pública da Comissão dentro do recesso do Congresso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, eu estou me inscrevendo para fazer indagações nesta audiência pública de amanhã. Está aberta a inscrição já?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não, não está aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Estará aberta amanhã a partir das 9h.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Aliás, vou solicitar amanhã ao Presidente, quando abrir, que, terminada a apresentação do Dr. Armínio Fraga,



sejam encerradas as inscrições, porque o que nós observamos e não tenho... Acho que V.Exa. foi até extremamente gentil, muito cordato e de bom senso em dizer: “Aquelas perguntas que eu já fiz não precisam ser respondidas, estão aí na Taquigrafia”, o que é uma coisa lógica. Mas, infelizmente, nem todos adotaram essa mesma postura de V.Exa. Eu até tive um pequeno entrevero exatamente porque alguns Deputados não vêm numa parte, vêm na outra, fazem as mesmas perguntas e fazem questão que sejam respondidas as perguntas, o que para nós, que estamos aqui exatamente desde as 2h da tarde, evidentemente, não é justo. Não é justo que tenhamos que ouvir as mesmas respostas, as mesmas perguntas várias vezes. V.Exa. fez exatamente, na minha opinião, o que me parece correto, ou seja, aquilo que já foi respondido não responde mais, está escrito, está aí. Agora, quem quiser participar desde o começo, tudo bem, participa. Não precisaríamos fazer ouvir essas perguntas e respostas, as mesmas. Então, eu acho justo — tem sido feito nas Comissões — que quando se começa a sessão, depois da apresentação, depois de um certo tempo, que seja um pouco tempo depois da apresentação, não precisa ser logo depois da apresentação, mas que seja encerrada a lista de inscrição, para que não haja... De repente, vão chegando Deputados e nada impede que membros que não são da Comissão cheguem agora e digam “quero a palavra”.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - V.Exa. me permite?
Estamos em meio à votação nominal no painel.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Temos que sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Só uma observação. Deputado Goldman, Deputado Batochio, amanhã, às 9h, abrirei com a lista numerada e quero, só para compreensão dos Parlamentares, informar novamente que, na verdade, a CPI não processa, não julga, ela investiga e daí até um processo inquisitorial no seu procedimento, de forma alguma querendo cercear qualquer tipo de manifestação, tanto que V.Sa. hoje compareceu até na condição de depoente e não de testemunha. Então, eu queria fazer essa observação, pedindo e agradecendo a compreensão do senhor e também do advogado, profissionais que nos têm permitido a máxima colaboração. Eu convoco... Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença do Dr. Ezequiel Nasser, dos Srs.



Parlamentares, demais presentes, convocando reunião ordinária de audiência pública e deliberativa para amanhã, quinta-feira, dia 13, às 9h, no Plenário 6, para tomada de depoimento do Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Banco Central do Brasil. Está encerrada a reunião.